



X AORL

ASSEMBLEIA

DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

4 de Março de 2023 · Voz do Operário

Intervir / Lutar **Avançar**

um PCP mais forte



Página Índice

5	1. CONTEXTO POLÍTICO EM QUE SE REALIZA A X ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA (AORL)
9	2. A INTERVENÇÃO E LUTA NO DISTRITO DE LISBOA
9	2.1. Luta dos Trabalhadores
12	2.2. Luta das Populações
14	2.3. Luta de camadas e sectores específicos
14	2.3.1. Intelectuais
15	2.3.2. Juventude
16	2.3.3. Reformados
17	2.3.4. Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME's)
17	2.3.5. Pequenos e Médios Agricultores
18	2.3.6. Mulheres
19	2.3.7. Pessoas com deficiência
19	2.3.8. Imigrantes
20	2.3.9. Pela Paz e Solidariedade Internacionalista
20	2.3.10. Em defesa do Ambiente
21	2.4. Organizações de Massas
21	2.4.1. Movimento Sindical Unitário/CGTP-IN/União dos Sindicatos de Lisboa
22	2.4.2. Movimento das Comissões de Trabalhadores
22	2.4.3. Movimento Associativo Popular
23	2.4.4. Associações de Bombeiros Voluntários
24	2.4.5. Outras Estruturas e Movimentos
24	2.4.5.1. União dos Resistentes Antifascistas Portugueses
24	2.4.5.2. Comissões de Utentes
24	2.4.5.3. Associações de Pais
24	2.4.5.4. Manifesto em defesa da Cultura
25	2.5. Batalhas Eleitorais e Acção Institucional
25	2.5.1. Autarquias locais
26	2.5.2. Assembleia da República e Parlamento Europeu
28	3. O PARTIDO – ORGANIZAR / INTERVIR / LUTAR
28	3.1. Organização
29	3.2. Direcção
30	3.3. Quadros
31	3.4. Células de Empresa
32	3.5. As organizações de base local
33	3.6. Recrutamento e integração de novos militantes
34	3.7. Militância e Formação Ideológica
35	3.8. Independência Financeira e Património
37	3.9. Propaganda
38	3.10. A imprensa do Partido
39	3.11. Festa do <i>Avante!</i>
40	3.12. Trabalho Político Unitário

1.

CONTEXTO POLÍTICO EM QUE SE REALIZA A X ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA (AORL)

No plano internacional, o capitalismo, em profunda crise estrutural e no contexto de um processo de rearrumação de forças que se desenvolve à escala mundial, revela cada vez mais a sua natureza exploradora, opressora, agressiva e predadora, que se expressa no aumento da exploração, na precariedade, nas injustiças e desigualdades sociais, na pobreza, na fome, na subnutrição, no ataque às liberdades e à democracia, no aumento das tensões internacionais, na promoção da guerra. Esta realidade é também marcada pela resistência e luta dos trabalhadores e dos povos confirmando-se a tese do Partido de que a par de grandes perigos coexistem grandes possibilidades de avanço.

1.1.

No plano nacional a situação é caracterizada por um quadro político em que a maioria absoluta do PS o deixa com mais condições de concretizar as suas opções de subordinação aos interesses do grande capital e de submissão à União Europeia; por uma situação económica e social com as marcas resultantes de décadas de política de direita, que tolhem o desenvolvimento nacional e avivam desigualdades e injustiças; pela continuação do aproveitamento da epidemia que, desde 2020, serviu como pretexto para cortar direitos e limitar liberdades; e pela acção revanchista do grande capital e dos seus projectos retrógrados e reaccionários.

1.2.

Nas eleições legislativas de 2022, a obtenção de uma maioria absoluta pelo PS acompanhada da redução da representação parlamentar do PCP, criaram um quadro mais negativo para a evolução da situação económica e social. Uma situação em que, ainda assim, se mantêm em presença elementos resultantes da defesa, reposição e conquista de direitos, alcançados pela luta dos trabalhadores e das populações e pela intervenção do PCP. Direitos que importa continuar a afirmar, defender e procurar alargar.

1.3.

Verificou-se, a partir do segundo semestre de 2021, e acentuou-se ao longo de 2022, o agravamento do custo de vida, com a especulação – a pretexto das sanções decididas pelo grande capital no quadro da intensificação da guerra na Ucrânia – e uma generalizada subida dos preços dos bens e serviços essenciais, com tradução na erosão do valor real dos salários, das reformas e pensões, e no disparar dos lucros dos grupos económicos monopolistas, com destaque para as empresas do sector financeiro, farmacêutico, energético, da grande distribuição e das comunicações.

1.4.

O PS e o seu governo não só recusam as soluções que poderiam assegurar uma resposta aos problemas nacionais como promovem políticas que intensificam a exploração dos trabalhado-

res (como ficou patente no processo de alterações à legislação laboral), fragilizam os serviços públicos, beneficiando os negócios privados, com destaque para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), desvalorizam a Escola Pública, negam o direito à habitação, prejudicam as micro, pequenas e médias empresas (MPME).

1.5.

No distrito de Lisboa agravam-se também as condições de vida dos trabalhadores. Entre 2019 e 2020, os rendimentos dos trabalhadores baixaram, consequência da ofensiva contra os trabalhadores a pretexto da COVID 19. Na Área Metropolitana de Lisboa (AML), os 10% da população com menores rendimentos auferiam um rendimento anual de 4.424 euros, com diferenças entre concelhos, sendo o valor mais baixo no concelho da Amadora. Em 2020, na Área Metropolitana de Lisboa, 19,1% dos trabalhadores viviam em risco de pobreza, sendo expectável que este número tenha aumentado em 2021 e 2022. Em Julho de 2021, 26% dos trabalhadores a nível nacional recebiam o Salário Mínimo Nacional, tendo este valor maior incidência entre as mulheres e os jovens. Os preços da habitação têm subido, fruto da especulação, e com uma evolução muito preocupante na região de Lisboa – no primeiro trimestre de 2022, o preço de rendas por metro quadrado era de 6,16 euros no país, 9,10 euros na AML e 12 euros na cidade de Lisboa. Lisboa é já a segunda cidade mais cara do sul da Europa para compra de casa, sendo apenas ultrapassada por Paris. Na região de Lisboa e Vale do Tejo, 924 mil pessoas (24% dos inscritos) não têm médico de família atribuído.

Existem no distrito 853.268 trabalhadores por conta de outrem, sendo que o concelho que concentra o maior número é Lisboa (47,9%), seguido de Oeiras (11,3%), Sintra (8,1%) e Loures (6,8%). Mas se o concelho de Lisboa emprega sobretudo trabalhadores no sector do comércio e dos serviços, 80,5% dos trabalhadores do sector secundário estão nos restantes distritos. Os concelhos do distrito onde mais de 25% dos trabalhadores por conta de outrem trabalham em empresas do sector secundário são Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Loures, Lourinhã, Mafra, Odivelas, Sintra, Sobral de

Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira. O fluxo de trabalhadores que se deslocam todos os dias para a cidade de Lisboa é muito significativo, sendo que em 2018 cerca de 370.000 carros entravam diariamente em Lisboa.

1.6.

O grande capital quer aproveitar as condições existentes no plano político para desenvolver e aprofundar a política de direita que assegure o seu domínio e interesses de classe. Emergem ostensivamente projectos antidemocráticos, prossegue e acentua-se a ofensiva ideológica de natureza antidemocrática e com forte pendor anticomunista, que visa a democracia e as liberdades consagradas na Constituição da República Portuguesa, procurando criar divisões e condicionar a luta organizada.

1.7.

A ofensiva contra o Partido, decidida pelo grande capital, constitui uma operação global levada a cabo através de sucessivas campanhas nos últimos anos, recorrendo a poderosos meios de propaganda que massificam a informação e visa directamente o PCP e os interesses de classe que o PCP defende, identificando-o como inimigo principal. Esta operação ganhou nova dimensão em torno da epidemia de COVID-19 e da tentativa de cerceamento de liberdades, da calúnia contra dirigentes do PCP, da manipulação de vários aspectos da situação internacional, da realização da “Festa do *Avante!*”, da desinformação e mentira sobre a oposição do PCP ao Orçamento do Estado para 2022 e em torno da guerra na Ucrânia.

1.8.

Mas é também neste quadro que estão presentes elementos fundamentais que dão confiança à luta por uma política alternativa – a acção e luta dos trabalhadores e de outras classes e camadas anti-monopolistas, os valores de Abril e as suas profundas raízes no povo português, uma Constituição da República que consagra os direitos dos trabalhadores e do povo; a acção das organizações e dos movimentos de massas; a existência de recursos e potencialidades nacionais; a intervenção do Partido e de outros sectores democráticos.

1.9.

A acção do Partido na ORL

No período da IX à X AORL a acção das nossas organizações deparou-se com grandes momentos da vida do Partido, tal como novos desafios colocados à organização e a alteração do quadro político e eleitoral. A Organização Regional de Lisboa envolveu-se e assumiu as tarefas e responsabilidades que se colocaram ao Partido nestes anos, tanto ao nível do trabalho específico do distrito como das tarefas gerais do Partido. Enfrentou as batalhas eleitorais; dinamizou a luta organizada dos trabalhadores e das populações; procurou concretizar o reforço do Partido a partir das empresas e locais de trabalho, com a dinamização das organizações de base e com o recrutamento e responsabilização de quadros; preparou o XXI Congresso; construiu, divulgou, defendeu e realizou a “Festa do Avante!”.

1.9.1.

A epidemia da COVID-19 colocou à organização do Partido um quadro distinto, nunca antes experimentado: as imposições e os apelos ao isolamento à escala de massas, com a difusão do medo como instrumento central. Se este cenário trouxe uma alteração significativa a vários níveis da vida social, isso sentiu-se ainda mais numa organização como a do nosso Partido cuja base é a militância, a participação colectiva, a reunião, o contacto com os trabalhadores e o povo. Colocou-se então a articulação da defesa e protecção dos membros do Partido e do próprio Partido com a necessidade de manter e até intensificar a intervenção política, num quadro de aprofundamento da exploração e de agravamento da situação social e laboral. As experiências, positivas e negativas, servem de aprendizagem para a vida e actividade futura, tornando actual a necessidade de termos, no plano da compreensão política, da capacidade de intervenção e resposta, o Partido preparado para intervir nas mais variadas condições, mesmo que imprevisíveis, e a exigir uma resposta pronta, intensa e com novas soluções.

1.9.2.

No âmbito das comemorações dos 100 anos do Partido, realizaram-se sessões de apresenta-

ção do livro do Centenário; acções de formação ideológica; iniciativas diversas, como convívios, visitas guiadas, pintura de murais; a circulação da exposição nacional e a realização, a par desta, de uma exposição distrital e de uma grande exposição de Artes Plásticas – 100 anos, 100 artistas – momento de grande reconhecimento e afirmação do papel do Partido na sociedade portuguesa e em amplos sectores democráticos; a colocação de bandeiras nos centros das principais cidades e localidades do distrito e a realização de 21 acções de rua, com muitas centenas de participantes, no dia 6 de Março de 2021, com destaque para a acção realizada no Rossio, em Lisboa; a realização, a 6 de Março de 2022 do Comício no Campo Pequeno, grande momento político e cultural e de afirmação do Partido.

1.9.3.

Garantindo a actividade presente do Partido e a criação de condições para o seu reforço, a ORL inseriu-se nas medidas decididas para o reforço orgânico: a criação de 100 células de empresa e local de trabalho, a responsabilização de 100 novos camaradas por células, a campanha de recrutamento e a campanha nacional de fundos.

1.10.

Neste contexto, e tendo em conta as conclusões aprovadas no XXI Congresso do Partido em Novembro de 2020 e na Conferência Nacional realizada em Novembro de 2022, são objectivos da X Assembleia da Organização Regional de Lisboa do PCP:

1.10.1.

Aprovar orientações e medidas para os próximos anos com vista a:

1.10.1.1.

Aprofundar a ligação do Partido à vida e aos problemas dos trabalhadores e das populações, às empresas e locais de trabalho, e alargar a sua ligação às massas, dinamizando a intervenção nas estruturas unitárias e de massas e tomando a iniciativa para desenvolver a luta organizada para responder a defesa, reposição e conquista de direitos;

X Assembleia da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português

4 de Março de 2023 – Voz do Operário, Lisboa

– *Projecto de resolução política* –

1.10.1.2.

Reforçar o Partido, com a estruturação da organização, a responsabilização de mais militantes, o recrutamento e a integração dos novos militantes, o reforço da militância, da recolha de fundos para garantir a independência financeira do Partido, da divulgação e leitura da imprensa do Partido e dos meios de informação e propaganda.

1.10.2.

Prestar contas do trabalho desenvolvido na Organização Regional desde a IX Assembleia, realizada em Fevereiro de 2019.

1.10.3.

Eleger a nova Direcção de Organização Regional de Lisboa (DORL).

2.

A INTERVENÇÃO E LUTA NO DISTRITO DE LISBOA

A ligação às massas é fundamental para o Partido. Só com essa forte ligação tem um efectivo conhecimento da realidade em que age e das questões mais gerais ou específicas que a caracterizam. Só assim terá condições de agir para transformar.

Uma organização desligada da vida e do meio onde desenvolve a sua actividade tende a isolar-se e a definhar.

A tarefa prioritária de todas as organizações do Partido é identificar eventuais bloqueios que impeçam a ligação às massas para avançar de uma forma mais decidida na resposta aos problemas e anseios dos trabalhadores e das populações, para que o Partido em cada freguesia, concelho, célula de empresa ou sector profissional cumpra o seu papel de elevar a consciência social, de classe e política.

2.1.

A luta dos trabalhadores

A luta dos trabalhadores nos últimos quatro anos precisou de estar à altura de renovados ataques e de novas circunstâncias que potenciaram insistentes tentativas de limitação da sua organização e acção. A classe operária e os trabalhadores, tal como em períodos anteriores, foram o alvo principal da ofensiva contra os direitos sociais e laborais, que teve nos governos do PS (com e sem maioria absoluta) não apenas continuidade como novos ataques. Uma política de intensificação da exploração concretizada em articulação com o grande capital e o grande patronato e ao seu serviço que, aproveitando os pretextos, primeiro da epidemia, depois da guerra e das sanções, acelerou e aprofundou o processo de transferência da riqueza criada pelos trabalhadores e de acumulação e concentração de capital nos grandes grupos económicos. Uma ofensiva acompanhada por um intenso ataque ideológico, que tentou criminalizar o protesto, dar passos na limitação das liberdades sindicais, generalizar o designado teletrabalho com o máximo de custos e responsabilidades imputados aos trabalhadores, que facilitou e generalizou o *lay-off*, usando todos os mecanismos de que dispunha para apoiar os grandes grupos económicos, atacou a organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho e as suas estruturas de classe. Um ataque que teve como suporte a não revogação das normas gravosas da legislação laboral, que o governo do PS não só manteve como agravou com novas alterações (Julho de 2022) que desequilibram ainda mais a balança a favor dos patrões.

2.1.1.

Uma legislação laboral que: mantém a caducidade da contratação colectiva; não repõe o princípio do tratamento mais favorável; introduz elementos para facilitar a acção patronal contra a liberdade sindical, nomeadamente no acesso aos locais de trabalho; não combate os vínculos

precários e a sua generalização nem o recurso ao *outsourcing*; não reduz o horário de trabalho para as 35 horas, nem regula o crescente e abusivo recurso à laboração contínua; mantém os cortes nas indemnizações e a facilitação dos despedimentos do tempo da troika; não repõe o pagamento do trabalho extraordinário sem cortes. Isto é, que suporta uma política assente em baixos salários, horários desregulados, instabilidade e precariedade no trabalho e na vida. Um governo que manteve a sua recusa de responder à emergência nacional de aumentar salários e rendimentos, incluindo no chumbo das propostas do PCP para aumento do SMN.

2.1.2.

Os comunistas no distrito de Lisboa, em particular os dirigentes, delegados e activistas sindicais e membros de comissões trabalhadores, deram uma imensa resposta reivindicativa e de luta visando combater esta ofensiva. Ao longo dos últimos quatro anos, e apesar da epidemia, dinamizaram, mobilizaram e dirigiram um amplo movimento reivindicativo que, partindo dos locais de trabalho, se constituiu também em importantes acções convergentes de luta, em torno da exigência do aumento geral de salários, pela revogação das normas gravosas da legislação laboral e contra a precariedade, na defesa da contratação colectiva e pela regularização e redução do horário de trabalho sem perda de retribuição.

São de salientar, de entre muitas lutas travadas, as participações dos trabalhadores do distrito nas acções convergentes, como as manifestações nacionais convocadas pela CGTP-IN a 11 de Abril e 10 de Julho em 2019, 26 de Setembro de 2020, 25 de Fevereiro, 8 de Maio e 20 de Novembro de 2021 e de 27 de Maio, 7 de Julho e 15 de Outubro de 2022; as grandes manifestações da Juventude Trabalhadora realizadas em 2019, 2021 e 2022 (nestes últimos dois anos simultaneamente em Lisboa e Porto) e “O Piquenique contra a Precariedade e os Baixos Salários”, realizado em 2020, as semanas da Igualdade em torno do Dia Internacional da Mulher, as semanas de esclarecimento, acção, reivindicação e luta que envolveram trabalhadores em centenas de locais de trabalho no distrito e as jornadas de luta do

Primeiro de Maio, com particular destaque para a de 2020, pelo que significou de combate ao ódio de classe de uma campanha anti-democrática que procurou instituir um clima de medo e de limitação às liberdades, desde logo o direito ao trabalho e ao trabalho com direitos.

2.1.3.

No plano sectorial e de empresa as lutas multiplicaram-se:

2.1.3.1.

Na administração pública central e local pelas 35 horas, por aumentos salariais, pela valorização das carreiras ou pela aplicação do suplemento de penosidade e insalubridade, nas diversas autarquias do distrito e nas greves e manifestações nacionais realizadas; na higiene urbana e nos trabalhadores dos cemitérios em vários municípios e em várias empresas e serviços municipais como a EMEL, a Gebalis, a Parques Sintra Monte da Lua, a EGEAC ou a Casa dos Animais (Câmara Municipal de Lisboa); na educação, a prolongada luta dos professores, dos trabalhadores não docentes e educadores de infância; na saúde, a acção combativa da generalidade dos seus profissionais (enfermeiros, médicos, assistentes técnicos e operacionais) nos centros de saúde (profissionais de saúde da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo) e nos hospitais (por reivindicações específicas também nos hospitais de Vila Franca de Xira, São José, São Francisco de Xavier, Beatriz Ângelo, Santa Maria, Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa e no Instituto Português de Oncologia de Lisboa) para responder aos novos e gravíssimos ataques ao Serviço Nacional de Saúde e aos seus trabalhadores; a luta dos Oficiais de Justiça, dos Vigilantes da Natureza, dos Guardas-florestais, dos guardas prisionais; do Instituto de Segurança Social, das creches da Segurança Social e dos técnicos do Instituto de Reinserção Social; do SEF, da PSP, GNR e outras forças e serviços de segurança e dos militares; a luta dos docentes, trabalhadores científicos e do ensino superior e investigadores bolsheiros;

2.1.3.2.

No sector do comércio, serviços, vigilância e limpeza, as lutas por melhores salários, regularização e diminuição de horários, contra a precariedade, os salários em atraso e por reivindicações específicas realizadas nas greves nacionais na grande distribuição, nas logísticas e nos armazéns da DHL Supply Chain, DHL/Auchan, DHL/ Sonae, Worten, Dia/Minipreço e da GEFCO; do Pingo Doce, do LIDL/Aldi, do Auchan, do Dia/Minipreço, lojas e armazéns, do Mercado-na, da Science4you, da Makro, da Radio Popular, da ZARA (INDITEX), da FNAC, do Continente do Acqua Roma, das lojas da EDP, da BRISA, da Accenture, dos trabalhadores da Fundação Inatel, da hospitalização privada (Cruz Vermelha, Hospital da Luz, Grupo Lusíadas, Trofa Saúde) e dos técnicos do INEM; dos vigilantes da VigiExpert/ Noite e dia, PSG, da Ovisegur, da Esegur, da Securitas, da Prosegur, e da Loomis; da limpeza industrial de aviões, comboios e hospitais, na Spitfire, na ISS, na Sa Limpa (Curry Cabral e S. José), Ambiente & Jardim e Ambijardim II, da Solimpa, da KG-Services, Assépsia (RTP);

2.1.3.3.

No sector social, por salários e direitos e contra a precariedade, como na greve nacional das Misericórdias, na Misericórdia de Moscavide, do Centro de Bem Estar Infantil de Vila Franca de Xira, dos SBSI/SAMS, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (e noutros dois momentos também dos seus enfermeiros e dos seus motoristas), da AREPAL;

2.1.3.4.

Nas indústrias transformadoras, desenvolvidas nos sectores da metalurgia, química, indústrias eléctricas e electrónicas, águas e energia, resíduos, farmacêutica, celulose e papel, cerâmica, construção e vidro, têxtil e calçado, por melhores salários, regulação dos horários, defesa da contratação colectiva e contra os despedimentos: dos trabalhadores do grupo Mota/Engil, do grupo Águas do Tejo Atlântico, da Valorsul, da EPAL, da Tratolixo, do Grupo EDP e dos seus centros de contacto, da SICMAN Siemens, da CME, da Otis Elevadores, da Schindler, da Exide, da Vithrom, da Petrogal, da

GALP, da DS Smith Embalagem, da INCM, da Eugster/Frismag, da IBEROL, da Upfield, da Sofarimex, da JAC, da ADP Fertilizantes, da Robbialac, da Copam, da Manuel Conceição Graça, dos SUCH, da Saint Gobain – Sekurit, da Rauschert;

2.1.3.5.

No sector dos transportes e comunicações, em antigas e novas empresas e locais de trabalho, como a luta na Carris e Carris Bus, no Metro de Lisboa, nas Infraestruturas de Portugal, CP, Medway, na ANA Aeroportos, na TAP, na SPDH/ GroundForce, na Portway, nas rodoviárias privadas de passageiros, na Rodoviária de Lisboa, Scotturb, na Paulo Duarte, na Transtejo e na Soflusa, dos Estivadores do Porto de Lisboa, da Lismarketing, na Docapesca, dos trabalhadores das administrações portuárias, dos TVDE, dos estafetas de plataformas digitais e da GLOVO; nos CTT, em diversos Centros de Contacto e ETT, na Intelcia, nas Randstadt, na Nos, na Vodafone e Nowo, na Armatris Portugal, no Grupo Altice/Meo;

2.1.3.6.

Na comunicação social e entretenimento, na Plural Entertainment, na RTP, na WT Play, na TVI, e nas jornadas de luta dos trabalhadores da Cultura;

2.1.3.7.

No sector da alimentação e hotelaria, na Apapol, Sumol-Compal, Bimbo, Central de Cervejas, Novadis, Superbock, Americold, Avipronto, Nestlé, Pizzahut; nas pastelarias Louripan e Igua-ria Alfacinha; nos Casinos e do Bingo do Bele-nenses; nos hotéis Marriot, Estoril Palácio Hotel, Tivoli, Hotel Pessoa; dos trabalhadores das cantinas, refeitórios e bares concessionados, na greve nacional das cantinas, na Eurest (Tabaqueira e RTP), Uniself (JIP vialonga e cantinas das prisões), dos trabalhadores dos bares dos comboios de longo curso da CP, na Ristorail Portugal, Apeadeiro 2020, e nos restaurantes das áreas de serviço;

2.1.3.8.

No sector financeiro, na CGD, no Novobanco, no BCP e Santander e na jornada de luta do sector bancário contra os despedimentos no sector.

2.1.4.

Num quadro em que os mesmos de sempre procuraram desvalorizar, condicionar e até interromper ou proibir a luta dos trabalhadores, estes deram uma resposta à altura das necessidades. Lutas a que urge dar seguimento, e que é preciso dinamizar para que cresçam e se alarguem, lutas que constituem uma linha de trabalho prioritária, assumindo nessa luta reivindicativa o papel da luta ideológica e da consciencialização política e social das massas trabalhadoras para a alternativa política patriótica e de esquerda. Cabe aos comunistas dirigentes, delegados e activistas sindicais e membros de comissões de trabalhadores a dinamização da acção reivindicativa e da luta por mais e melhores direitos na relação dialética que estabelece com o reforço e o rejuvenescimento da estrutura do Movimento Sindical Unitário (MSU).

2.2.

A luta das populações

Durante este período as populações do distrito de Lisboa não deixaram de ser alvo de ataque contra os seus direitos e interesses e a esse ataque responderam com a sua luta.

A evolução dos últimos tempos é de intensificação da ofensiva e consequentemente de agravamento das condições de vida das populações em todo o distrito. Cabe às organizações locais do Partido organizar e dirigir a luta das populações contra a ofensiva aos seus direitos, pelos seus interesses e pela elevação das suas condições de vida.

2.2.1.

Mesmo que avançando em relação ao papel das organizações locais do Partido junto das massas, continuam a persistir muitas dificuldades em dar dimensão e consolidação a este trabalho, em tomar mais a iniciativa e avançar na luta.

2.2.2.

Em condições de intervenção mais complexas e exigentes, é importante salientar a luta desenvolvida pelas populações do distrito nos últimos 4 anos. Luta que se concretizou em manifesta-

ções, concentrações, sessões, tribunas públicas, abaixo-assinados, entre outras formas e acções, envolvendo milhares de pessoas, as organizações locais do Partido, a CDU e os seus eleitos nas autarquias, as comissões de utentes e movimentos e estruturas unitárias que mobilizaram as massas para a defesa dos seus interesses e direitos. Destacamos algumas dessas lutas desenvolvidas:

2.2.2.1.

Na Saúde, salvar o Serviço Nacional de Saúde é um imperativo nacional. Destacam-se diversas acções, convocadas pelo Partido, pelos sindicatos da CGTP-IN, pelo Movimento dos Utentes dos Serviços Públicos (MUSP) e comissões de utentes, pela Plataforma Lisboa em Defesa do SNS, em defesa dos serviços hospitalares, dos cuidados de saúde primários, do reforço dos meios humanos e técnicos em diversos serviços de saúde, contra os encerramentos de centros e extensões de saúde e de serviços hospitalares específicos. Em torno desta e de outras reivindicações específicas salientam-se as lutas pela construção do Hospital de Sintra, contra o encerramento dos hospitais do CHLC e pelo fim das PPP nos hospitais de Cascais, Vila Franca de Xira e Loures, as lutas pela construção dos novos Centros de Saúde de Santa Iria da Azóia, Catujal, Santo Antão do Tojal e Brandoa e as acções desenvolvidas por mais médicos de família na Azambuja, Alenquer, Sintra, Vila Franca de Xira, Odivelas e Amadora;

2.2.2.2.

Na Educação, tendo como elemento central a defesa da Escola Pública, destaca-se a luta pelas creches gratuitas, pela gratuidade dos manuais escolares, pelo reforço de trabalhadores e pela melhoria do parque escolar. Das acções de luta levadas a cabo salientam-se as acções pela requalificação da Escola EB 1,2 de Camarate e de Vialonga;

2.2.2.3.

A luta pelo direito à Habitação prosseguiu, continuando a ter grande centralidade, tendo em conta o objectivo de travar a especulação imobiliária e os despejos e garantir o acesso a uma habitação digna. Partindo do epicentro na cida-

de de Lisboa, os preços do metro quadrado e o valor das rendas continuam a aumentar desmesuradamente por todo o distrito, mesmo durante o período mais intenso da COVID-19. Assim, destaca-se a luta contra a especulação imobiliária e os despejos, pela revogação do balcão dos despejos e por um Novo Regime de Arrendamento Urbano, por mais oferta pública de habitação.

Com uma intervenção diversificada, da luta pela manutenção e requalificação do parque habitacional público e municipal são exemplo as acções de luta em Marvila e no bairro Mário Madeira, em Odivelas. Destacam-se ainda as acções contra os despejos no bairro 6 de Maio e Cova da Moura, na Amadora, e pelo direito à habitação em vários bairros da cidade de Lisboa;

2.2.2.4.

Em defesa dos Serviços Públicos, na luta pelo serviço postal público e pela renacionalização dos CTT, contra o encerramento das agências da Caixa Geral de Depósitos e pelo acesso das populações aos serviços bancários, das quais se destacam as lutas desenvolvidas nas freguesias de Alhandra, Forte da Casa, São João da Talha, Avenidas Novas, Mina de Água;

2.2.2.5.

Nos Transportes e Mobilidade, pela conquista e defesa do Passe Social Intermodal para todos os operadores, todas as carreiras e todos os horários, em toda a Área Metropolitana de Lisboa, pelo reforço da oferta, pelo alargamento do Metro à Zona Ocidental de Lisboa e a Loures, contra o projecto da Linha Circular do Metro, por mais e melhores transportes públicos e pelo acesso para as pessoas com mobilidade reduzida;

2.2.2.6.

No Urbanismo, contra os projectos de especulação imobiliária, contra o licenciamento desenfreado de alojamento turístico, contra a privatização e elitização do espaço público, de que são exemplos as lutas que travaram o processo de concessão da Praça do Martim Moniz, em Lisboa ou da Quinta dos Ingleses, em Carcavelos, Cascais;

2.2.2.7.

Na Segurança das populações, contra o encerramento de esquadras e pelo reforço dos seus meios materiais e humanos, de onde se salientam as acções realizadas na cidade de Lisboa;

2.2.2.8.

Em defesa da Água Pública, contra o aumento do preço da água e contra os projectos de privatização da água, exigindo a reversão da concessão da sua distribuição em Cascais, Alenquer e Azambuja;

2.2.2.9.

Em defesa do Ambiente, do Parque Florestal de Monsanto, do Parque Natural Sintra-Cascais e da Serra de Carnaxide, contra a construção no Vale do Jamor, em Oeiras, e a concessão de vários espaços da Tapada das Necessidades, em Lisboa; contra a exploração desenfreada de margas e calcários em Trancoso e em À-dos-Melros; pela desactivação do Aeroporto Humberto Delgado na cidade de Lisboa e em defesa do Jardim da Parada, em Campo de Ourique;

2.2.2.10.

Em defesa das Funções Sociais do Estado, contra o processo de desresponsabilização do Estado e a transferência de encargos e competências para as autarquias. Um processo que procura pôr em causa o acesso universal a direitos e serviços essenciais, atacando em simultâneo o Poder Local Democrático e subvertendo a Constituição da República;

2.2.2.11.

O processo de luta pela reposição de freguesias tem conhecido desde 2013 diversos momentos, mas o actual quadro legislativo, mesmo que muito limitado, e lá onde há uma reivindicação e vontade populares, permitiu encetar e relançar em várias freguesias do distrito a luta das populações pela reposição da sua freguesia. São os casos da freguesia da Maceira, Matacães, Monte Redondo, Carvoeira e Runa, em Torres Vedras, de Santa Iria da Azóia, São João da Talha, Bobadela, Camarate, Unhos, Apelação e Frielas, em Loures, da Terrugem, São João das Lampas, Montelavar,

Pero Pinheiro, Almargem do Bispo, em Sintra, da Póvoa Santa Iria, Forte da Casa, Castanheira do Ribatejo, Cachoeiras, Alverca, Sobralinho, Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, em Vila Franca de Xira;

2.2.2.12.

A actual situação e as perspectivas da sua evolução colocam a todo o Partido a necessidade de intensificar e desenvolver a luta contra o aumento do custo de vida, através de iniciativa própria e da intervenção dos comunistas em estruturas e movimentos unitários;

2.2.2.13.

O Partido, através das suas organizações locais, tem que exercer o seu papel de vanguarda na luta. A cada problema existente ou que surja deve mobilizar e organizar as populações para a sua resolução e contribuir para a elevação da sua consciência política.

2.3.

Luta de camadas e sectores específicos

2.3.1. Intelectuais

Os intelectuais são uma camada intermédia e componente das alianças sociais básicas definidas no Programa do Partido. O seu número, crescente e cada vez mais assalariado, o papel decisivo no cumprimento de funções sociais do Estado – no ensino, na investigação científica, na saúde, na cultura, na justiça, entre outras – no cumprimento de aspectos fundamentais do regime democrático, como a comunicação social, ou do desenvolvimento do país, aponta a necessidade de uma atenção cada vez maior no trabalho do Partido com esta camada.

2.3.1.2.

Por tudo isto, todos os ataques a estas áreas profissionais incluem perda de condições de vida, de trabalho e de direitos destes trabalhadores, bem como a degradação da sua situação laboral, social e económica, e condicionam o exercício das suas profissões e o efectivo desenvolvimento das suas áreas de actividade ao serviço do povo e do país.

2.3.1.3.

A epidemia de COVID-19 marcou significativamente a situação laboral e profissional destes trabalhadores. A generalizada precariedade dos vínculos e dos direitos laborais que acompanham o assalariamento destas profissões era já uma marca presente e negativa; ficou dramaticamente exposta com a epidemia, afectando muitos milhares destes trabalhadores, empurrando-os para situações de pobreza e de abandono das respectivas profissões. A resistência e a luta, de que se destaca a grande acção dos trabalhadores da cultura em Junho de 2020, bem como a intervenção do Partido, foram a resposta à grave situação criada, perante a quase total ausência de medidas do Governo. Intervimos especificamente em defesa dos trabalhadores da cultura, da saúde, da educação, dos psicólogos, dos advogados, dos arquitectos e dos investigadores. Ficou também ainda mais claro o papel e a importância dos trabalhadores na Escola Pública, em todos os níveis de ensino, no Serviço Nacional de Saúde ou na Cultura.

2.3.1.4.

O desenvolvimento do trabalho sindical e a consolidação ou mesmo criação de novos sindicatos em profissões intelectuais é de valorizar e acompanhar a evolução dessas profissões, bem como o crescimento da consciência da necessidade da organização e da luta.

2.3.1.5.

A organização do Partido tem procurado dar resposta e ter iniciativa correspondente ao alargamento do prestígio e das possibilidades de trabalho junto destes sectores. Fá-lo particularmente através do Sector Intelectual, do Sector dos Professores e do Sector da Saúde, embora existam também quadros técnicos e intelectuais noutros sectores profissionais e organizações concelhias.

A intervenção do Partido faz-se com iniciativa própria – a edição de boletins e documentos específicos, o trabalho de criação e funcionamento de células de empresa e local de trabalho, a realização de reuniões e iniciativas do Partido com participação de independentes e trabalhadores

dos sectores respectivos – bem como através do trabalho parlamentar e o impacto que tem a valorização desta intervenção. O papel dos comunistas em estruturas e organizações unitárias é também de grande relevo para a ligação do Partido às massas e decisivo para a organização e promoção da unidade na acção destes trabalhadores.

2.3.1.6.

São orientações:

2.3.1.6.1.

A organização de intelectuais e quadros técnicos nas células e nos sectores profissionais respectivos, potenciando assim o seu contributo militante e reforçando as possibilidades de intervenção organizada e qualificada do Partido em torno destes sectores;

2.3.1.6.2.

A concretização das medidas de reforço orgânico, nomeadamente no que diz respeito ao recrutamento, responsabilização de quadros e criação de células de empresa e local de trabalho, particularmente nos professores e investigadores científicos, nos trabalhadores da cultura, da saúde e da comunicação social;

2.3.1.6.3.

O reforço da intervenção junto dos problemas concretos dos trabalhadores intelectuais, dinamizando as lutas e reivindicações específicas e inserindo-as na luta geral dos trabalhadores;

2.3.1.6.4.

O reforço da intervenção dos militantes comunistas no movimento sindical, particularmente através do alargamento da sindicalização e da eleição de delegados sindicais;

2.3.1.6.5.

O aumento da intervenção nas estruturas culturais e associativas existentes nos concelhos e a dinamização, junto dos trabalhadores do sector, de um amplo processo de auscultação e divulgação das medidas e propostas saídas do Encontro Nacional para as questões da Cultura, realizado em Maio de 2022.

2.3.2. Juventude

A juventude, a quem é negado o direito à autonomia e realização pessoal, depara-se com um conjunto de problemas transversais, desde logo nas empresas e locais de trabalho, em particular a precariedade e os baixos salários, mas também nas dificuldades de acesso à habitação, que se acentuaram principalmente nas cidades, à educação, à saúde, designadamente sexual e reprodutiva, à cultura e ao desporto ou à mobilidade.

2.3.2.1.

Sendo a JCP a organização de juventude do Partido e o seu principal instrumento de intervenção, o Partido tem também responsabilidades de acompanhamento e de intervenção relativamente às grandes questões que interessam à juventude. Neste período a DORL apoiou o trabalho da JCP e priorizou o reforço do trabalho junto das empresas, dando uma atenção especial à responsabilização e formação de quadros jovens, à sua sindicalização e integração no trabalho dos seus sindicatos.

2.3.2.2.

São orientações:

2.3.2.2.1.

Reforçar a articulação e o apoio à JCP na mobilização para a luta em torno dos problemas concretos da juventude;

2.3.2.2.2.

Discutir com os camaradas que intervêm nos Executivos dos órgãos autárquicos, nas estruturas sindicais e associativas, uma linha própria de trabalho junto das camadas juvenis;

2.3.2.2.3.

Dar a conhecer aos organismos do Partido, de uma forma regular e sistematizada, o trabalho desenvolvido pela JCP;

2.3.2.2.4.

Dar atenção particular à transferência dos quadros da JCP para o Partido, assegurando a sua integração.

2.3.3. Reformados

No Distrito de Lisboa vivem 779.803 reformados e pensionistas dos quais 73% (566.745) pertencem à Segurança Social e 27% (213.058) à Caixa Geral de Aposentações. Dos pensionistas da Segurança Social cerca de 407.664 pessoas (72%) auferem pensão de velhice, 24% pensão de sobrevivência e 4% pensão de invalidez.

2.3.3.1.

Os reformados, pensionistas e idosos foram alvo de um ataque sem precedentes no valor das suas pensões e no prosseguimento do aumento da idade da reforma.

O movimento dos reformados no Distrito assumiu particular importância na organização e na resposta deste grupo social à degradação do valor das reformas e pensões, pelas diversas lutas que desenvolveram, enquadrados pela FARPIL / MURPI e pela Inter-Reformados.

2.3.3.2.

A FARPIL desempenhou também um importante papel na ligação que mantém com as cerca de 40 associações do Distrito.

2.3.3.3.

Os comunistas, organizados nos diversos concelhos e sectores, tiveram um importante papel no desenvolvimento da luta dos Reformados. O alargamento da organização, unidade e convergência dos reformados, pensionistas e idosos pela melhoria das suas condições de vida e efectivação dos seus direitos verificou-se ser útil à luta, devendo constituir uma prioridade dos comunistas.

2.3.3.4.

A situação deste grupo social continua a caracterizar-se pelos baixos valores das reformas e pelo desinvestimento em importantes funções sociais do Estado – designadamente na saúde – que impedem que a maioria viva esta fase da sua vida com qualidade e bem-estar.

2.3.3.5.

É necessário prosseguir a luta em torno do conjunto das suas reivindicações específicas,

onde se prioriza o efectivo aumento e valorização de todas as reformas e pensões, bem como o necessário investimento nos serviços públicos, em particular no SNS.

2.3.3.6.

O movimento dos reformados, pensionistas e idosos dá expressão à importância da organização e luta deste grupo social, sendo necessário incentivar e reforçar a vida associativa. O conjunto das estruturas existentes, assumindo uma posição combativa, enfrenta hoje acrescidas dificuldades com o peso dos serviços que passaram a prestar, face aos poucos apoios oficiais e às acrescidas exigências.

2.3.3.7.

É de valorizar a luta dos reformados, pensionistas e idosos pela valorização das suas pensões e a sua participação cívica, por um envelhecimento vivido com dignidade e direitos conquistados ao longo de uma vida de trabalho, destacando-se a realização de encontros, debates, manifestações, nas quais foi possível envolver um significativo número de reformados do Distrito.

2.3.3.8.

São orientações:

2.3.3.8.1.

Manter a regularidade de funcionamento e reforçar com novos quadros a Comissão Distrital de Reformados do Partido, que se revelou extremamente útil pelo papel que tem desempenhado no enquadramento e dinamização da organização e luta dos reformados. Permitiu também envolver e unificar a intervenção dos reformados dos concelhos e sectores;

2.3.3.8.2.

Reforçar ou criar os organismos concelhios para a intervenção junto dos reformados, constituir ou dar regularidade de funcionamento às células de reformados nas freguesias e acompanhar colectivamente os camaradas que pertencem a associações de reformados e centros de dia;

2.3.3.8.3.

Sensibilizar os camaradas reformados dos sectores profissionais e das células de empresa para se integrarem no trabalho das organizações locais da sua área de residência;

2.3.3.8.4.

Incentivar mais camaradas a participarem na vida associativa dos reformados e procurar organizar a intervenção dos camaradas que participam nas chamadas “Universidades Seniores”.

2.3.4. Micro, Pequenos e Médios Empresários

As Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME's) são fundamentais no tecido económico nacional, empregando 560 mil trabalhadores do distrito.

2.3.4.1.

Nos últimos anos verificaram-se milhares de encerramentos e falências e os paliativos anunciados pelo governo do PS não só não resolvem como agravam a situação. Situação já de si dramática tendo em conta o aumento especulativo dos preços da energia e bens essenciais e a subida das taxas de juro.

2.3.4.2.

A Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME) tem intensificado os contactos com os pequenos empresários, estimulando várias acções de luta, em defesa dos seus interesses. Mas o seu reforço é essencial para a consolidação dos laços criados/aprofundados durante o período de epidemia entre a CPPME e os MPME's.

2.3.4.3.

São orientações:

2.3.4.3.1.

Divulgar e valorizar as propostas do Partido de forma alargada e no contacto directo;

2.3.4.3.2.

Fazer crescer o Partido junto dos Micro, Pequenos e Médios Empresários, recrutando e responsabilizando um camarada por esta tarefa em cada concelho;

2.3.4.3.3.

Estimular a participação associativa na CPPME e contribuir para o desenvolvimento dos seus núcleos locais.

2.3.5. Pequenos e Médios Agricultores

Desde a IX AORL os problemas dos pequenos e médios agricultores mantêm-se e agravam-se.

2.3.5.1.

Também no Distrito de Lisboa se verifica a substituição da pequena agricultura por agricultura intensiva pertencente aos grandes grupos do agronegócio, nacionais e internacionais. Estes grupos recorrem, no essencial, a mão de obra imigrante com poucos ou nenhuns direitos e com baixos salários.

2.3.5.2.

A produção de fruta, nomeadamente a pêra rocha e a maçã, tem vindo a ser atacada por doenças, o que leva a enormes quedas de produção, levando à ruína muitos agricultores. A pequena agricultura familiar tem sido substituída pela plantação de vinha e de eucaliptos. Isto leva à quebra da biodiversidade no distrito, bem como à exaustão dos solos.

2.3.5.3.

Os pequenos e médios agricultores que produzem hortícolas e fruta, característicos desta região, estão sujeitos aos ataques dos grandes grupos económicos, quer através dos preços irrisórios pagos aos agricultores pelos seus produtos, quer ainda pelos enormes atrasos nesses pagamentos, tornando insustentável a continuação da produção por parte de muitos dos pequenos produtores. A isto somam-se as exigências fiscais e burocráticas, que asfixiam as pequenas Cooperativas e dificultam a existência das associações agrícolas.

2.3.5.4.

São orientações:

2.3.5.4.1.

Continuar a trabalhar para o reforço da Associação de Agricultores do Distrito de Lisboa

(AADL), como forma de defender os interesses dos pequenos e médios agricultores do Distrito;

2.3.5.4.2.

Desenvolver iniciativas de visita a explorações agrícolas e reuniões do Partido nos concelhos do Oeste e do Norte do Distrito, com a AADL, com agricultores, como forma de um maior conhecimento e denúncia das condições existentes;

2.3.5.4.3.

Apoiar e mobilizar os pequenos produtores nas suas reivindicações e nas suas lutas, esclarecendo e criando condições para uma linha de trabalho junto destes pequenos agricultores.

2.3.6. Mulheres

A mobilização das mulheres para a luta pelo reconhecimento dos seus justos direitos é uma prioridade de sempre do PCP. A luta organizada das mulheres pelos seus direitos permitiu alargar a compreensão política e ideológica de que as causas das discriminações residem na natureza exploradora do capital. Esta consciência é determinante para a participação na luta geral dos trabalhadores e para a unidade na acção contra a exploração e todas as formas de opressão e discriminação.

2.3.6.1.

No distrito de Lisboa têm-se intensificado as lutas das mulheres: pelo acesso ao trabalho com direitos; pela igualdade salarial; pelos direitos da maternidade e paternidade; pela igualdade na lei e na vida e contra todas as formas de violência.

2.3.6.2.

Na nossa intervenção devemos ter em conta a exigência, que hoje se nos coloca, de conhecer as forças se movimentam no terreno e seus objectivos políticos e ideológicos. É necessário desmascarar objectivos do capital na criação e legitimação de chorudos negócios, relacionados com a exploração da Mulher, nomeadamente a prostituição e tráfico de seres humanos.

2.3.6.3.

Cresceu de forma exponencial a participação nas acções promovidas pelo Movimento Demo-

crático de Mulheres (MDM), com particular destaque para as Manifestações Nacionais de Mulheres, que levaram à rua a sua voz, reivindicações e exigências. Simultaneamente também as acções promovidas pelos sindicatos da CGTP-IN no âmbito da Semana da Igualdade têm concretizado um progressivo alargamento do número de locais de trabalho e de trabalhadoras envolvidas na luta pelos seus direitos.

2.3.6.4.

A Comissão da DORL para a Luta e Movimento das Mulheres tem assumido o reforço da organização e mobilização das mulheres para a luta e para a intervenção política e social. Tem promovido o esclarecimento, o debate em torno de temas concretos e específicos e ainda a participação de independentes nestas iniciativas.

2.3.6.5.

A organização do Partido, nos concelhos e sectores, particularmente em torno do Dia Internacional da Mulher, leva a voz e as propostas do Partido às trabalhadoras, às reformadas, às mulheres em geral. As organizações do Partido no distrito têm condições para melhorar a sua capacidade de intervenção junto das Mulheres, assumindo a sua responsabilidade de vanguarda na luta em defesa dos seus direitos.

2.3.6.6.

São orientações de trabalho:

2.3.6.6.1.

Promover a discussão regular, nos organismos de direcção dos concelhos e sectores, para estabelecer formas e prioridades de intervenção;

2.3.6.6.2.

Mobilizar mais quadros para intervirem nesta frente de trabalho, promovendo a iniciativa própria do Partido com carácter regular;

2.3.6.6.3.

Dar regularidade e melhorar o funcionamento da Comissão da DORL para a Luta e Movimento das Mulheres;

2.3.6.6.4.

Retomar a edição da Folha «Mulheres em Luta»;

2.3.6.5.6.

Apoiar o trabalho unitário, nomeadamente do MDM, contribuindo para o desenvolvimento dos núcleos concelhios e da sua actividade.

2.3.7. Pessoas com Deficiência

As pessoas com deficiência debatem-se com desigualdades sociais, situações de pobreza e de marginalização social que resultam das políticas implementadas até aos dias de hoje, assentes numa visão assistencialista, incapaz de resolver os seus verdadeiros problemas. Tal como em outras camadas mais vulneráveis, a epidemia e a degradação da situação económica e social das famílias veio aprofundar ainda mais as dificuldades com que vive a maioria das pessoas com deficiência, assim como as suas estruturas representativas e associações que desenvolvem trabalho nesta área.

2.3.7.1.

Persistem no distrito limitações e barreiras que condicionam a acessibilidade das pessoas com deficiência: na saúde, onde persistem barreiras no acesso aos hospitais e centros de saúde do distrito; nos transportes públicos; na acessibilidade no espaço e edificado público. Também no que diz respeito à chamada transição digital as pessoas com deficiência se deparam com cada vez mais dificuldades no acesso à informação, sendo esta uma das questões a ter em conta quando tratamos de acessibilidades.

2.3.7.2.

No plano da ORL, importa relevar os avanços registados no envolvimento de vários quadros nesta frente de trabalho, nomeadamente no que respeita à inserção em estruturas unitárias que em Lisboa têm sedes nacionais ou regionais (CNOD, APD, ANDST, ADFA, FENACERCI, ACAPO, APEC), linha de trabalho que é preciso reforçar.

2.3.8. Imigrantes

No distrito de Lisboa vivem e trabalham 294.736 imigrantes, 45% do total nacional (714.123), de 176 nacionalidades (2019). Cons-

tituindo uma assinalável diversidade cultural e linguística, são uma realidade a potenciar na acção e intervenção política e social do Partido. O peso social, económico, político e cultural dos imigrantes e das suas comunidades na sociedade portuguesa é bastante relevante, sendo por isso de grande importância que a DORL lhes dê a atenção devida, organizando e dirigindo trabalho específico junto destas comunidades, conhecendo a realidade existente e intervindo, com estes, sobre os seus problemas e anseios.

2.3.8.1.

Os imigrantes, na sua maioria assalariados e explorados pelo grande capital, são utilizados como mão de obra barata. Sofrem particulares dificuldades no acesso ao emprego e ao emprego com direitos, sendo sujeitos às mais indignas condições laborais. Confrontam-se com bloqueios à regularização de residência e à nacionalidade, enfrentam problemas de acesso à habitação e de sobrelotação e exiguidade dos alojamentos, debatem-se com problemas de exclusão e guetização onde são sonegados direitos humanos básicos. O capital explora todas estas fragilidades alimentando o discurso racista e xenófobo da extrema-direita, promovendo a divisão dos trabalhadores.

2.3.8.2.

O combate a estas formas de exploração passa pela dignificação do trabalho e dos trabalhadores, o acesso de todos à educação, à saúde, à habitação condigna, à segurança social e à justiça – que implicarão necessariamente um reforço de meios destes serviços públicos – e a medidas de protecção ao uso de línguas e culturas inerentes a mais de 170 nacionalidades imigrantes em Portugal. Só a plena integração dos trabalhadores imigrantes na acção e na luta das populações e de todos os trabalhadores construirá soluções que defendam os seus direitos e interesses e elevem a sua consciência de classe.

2.3.8.3.

A criação de uma Comissão de Partido na DORL para acompanhar as questões da imigração, a partir das orientações traçadas na IX As-

sembleia, aprofundou o conhecimento sobre a situação e a realidade existente, divulgou as posições do Partido junto destas populações, particularmente nos períodos eleitorais, com visitas e contactos com estas comunidades e o associativismo local, em acções articuladas com as organizações concelhias, e revelou-se uma experiência positiva a desenvolver.

2.3.8.4.

São orientações:

2.3.8.4.1.

Reforçar a intervenção da Comissão para as questões da imigração;

2.3.8.4.2.

Procurar acompanhar e estruturar a acção dos militantes ligados às associações, colectividades e grupos informais que intervenham e tenham contacto com os problemas dos imigrantes;

2.3.8.4.3.

Trabalhar para que os comunistas nas organizações de massas, nas autarquias e no MSU promovam a integração dos trabalhadores imigrantes.

2.3.9. Pela Paz e Solidariedade Internacionalista

Urge intensificar o movimento da luta e defesa da paz. O movimento pela Paz, em particular o CPPC e outras organizações, têm alargado a sua actividade com a dinamização de diversas acções contra a guerra e pela solidariedade entre os povos, destacando-se a realização em Junho de 2022 de dois desfiles pela Paz, em Lisboa e no Porto, com a participação de milhares de pessoas. Os comunistas do distrito têm dado um importante contributo na participação e mobilização para estas diversas acções, embora tenhamos ficado aquém na dinamização de iniciativa própria.

2.3.9.1.

São orientações:

2.3.9.1.1.

Intensificar a acção e a iniciativa própria do Partido em defesa da Paz, assim como o contributo para o reforço das estruturas unitárias;

2.3.9.1.2.

Criar dinâmicas locais e promover iniciativas para potenciar a luta pela paz e a solidariedade internacionalista. As organizações do Partido deverão realizar várias iniciativas que divulguem as posições do Partido neste âmbito.

2.3.10. Em Defesa do Ambiente

Cresce a exigência e a luta para a tomada de medidas em defesa do meio ambiente. Os movimentos e manifestações que surgiram nos últimos anos, com maior expressão a partir de algumas escolas secundárias na cidade de Lisboa, acompanham as preocupações e problemas existentes. Apesar da intensa batalha ideológica em torno das questões do ambiente e da continuada tentativa de instrumentalização destas lutas, devemos continuar a acompanhá-las e transformá-las, pela intervenção dos comunistas, no sentido de elevar a consciência sobre o carácter destrutivo do sistema capitalista e a necessidade da construção da alternativa. É necessário continuar a intervir na protecção e preservação das grandes áreas verdes, na defesa da água pública, na defesa das populações afectadas pelas grandes explorações de minério, na defesa do Tejo e dos cursos de água da sua depredação e contaminação, pelo acesso e oferta dos transportes públicos como alternativa ao transportes individual, em defesa dos mouchões do Tejo em risco de desaparecer.

2.3.10.1.

Desenvolveram-se, entre as duas Assembleias, diversas lutas das populações acompanhadas da intervenção do Partido, de que são exemplo: as lutas em defesa dos Parques Naturais de Monsanto e Sintra-Cascais, pela desactivação do Aeroporto Humberto Delgado na cidade de Lisboa, contra a destruição da Quinta dos Ingleses, contra a construção no Vale do Jamor, na defesa da Serra de Carnaxide e da água pública em Alenquer e Azambuja, bem como as lutas pelo alargamento da oferta e qualidade dos transportes públicos abrangidos pelo passe social, conquista que é necessário continuar a defender.

2.3.10.2.

Ainda que tenha sido possível concretizar reuniões com quadros sobre esta matéria e debate sobre as nossas propostas, nomeadamente no âmbito das Eleições Legislativas de 2019, o trabalho da ORL não tem tido a regularidade adequada para a intervenção necessária.

2.3.10.3.

São orientações:

2.3.10.3.1

A estruturação de trabalho nesta área, dando regularidade ao funcionamento da Comissão que a acompanha e destacando quadros para intervir;

2.3.10.3.2.

O incremento e acompanhamento da intervenção dos comunistas em estruturas unitárias;

2.3.10.3.3.

O estabelecimento de contactos periódicos com o movimento associativo existente para conhecer as suas preocupações e dar a conhecer as propostas do PCP.

2.4.

Organizações de Massas

2.4.1.

**Movimento Sindical Unitário / CGTP-IN /
União dos Sindicatos de Lisboa**

Mantém-se os principal traço na caracterização do Movimento Sindical Unitário (MSU) no distrito de Lisboa: um forte compromisso de classe e empenho na luta em defesa dos direitos e reivindicações dos trabalhadores, que não claudicou perante novos e mais intensos esforços de condicionar a sua acção e intervenção.

2.4.1.2.

Quanto à estruturação dos sindicatos, e apesar da intensificação da ofensiva contra estes e de diferenças entre as diversas estruturas, a sindicalização, o reforço da estrutura de base, a capacidade de mobilização dos trabalhadores e as lutas desenvolvidas, demonstram o potencial

instalado e a possibilidade de ir mais além, aproveitando tudo o que resulta dessas lutas e da capacidade de intervenção existente.

2.4.1.3.

A União dos Sindicatos de Lisboa (USL), pela sua intervenção, pelo seu papel de direcção da luta do distrito, por se assumir como elemento de envolvimento dos sindicatos nela filiados (e mesmo com os não filiados), com a participação e contributo em decisivas lutas dos trabalhadores e sobre problemas sociais, em defesa da paz e da solidariedade internacionalista, entre outras, continua a afirmar o movimento sindical unitário no distrito.

2.4.1.4.

A Interjovem Lisboa tem procurado alargar uma linha de contacto e de influência junto dos jovens trabalhadores, em articulação com a intervenção dos vários sindicatos que intervêm no distrito. Apesar das dificuldades que se fazem sentir e da necessidade da concretização de trabalho sindical dirigido que envolva os jovens trabalhadores a partir dos seus locais de trabalho e em cada estrutura, criaram-se e puseram-se em funcionamento mais comissões de jovens nos sindicatos, responsabilizando mais quadros jovens, podendo afirmar-se que a Interjovem desenvolveu ao longo destes anos um trabalho de grande relevo nomeadamente no contacto com jovens trabalhadores em locais de trabalho prioritários e na construção das manifestações do 28 de Março, Dia Nacional da Juventude.

2.4.1.5.

A Inter-Reformados de Lisboa, no plano da USL, tem e deverá continuar a ter um papel activo na coordenação da acção dos sindicatos neste âmbito e na dinamização para a acção junto dos trabalhadores reformados. Regista-se um desenvolvimento na criação de comissões de reformados nos sindicatos e, ainda que persistam insuficiências, uma procura de que intervenham sobre os problemas concretos dos reformados do seu sector.

2.4.1.6.

A ofensiva contra a luta organizada dos trabalhadores, aproveitando os pretextos da epidemia, da guerra e suas sanções e aproveitando a manutenção ou agravamento das normas gravosas da legislação laboral tem privilegiado o ataque do grande capital à contratação colectiva procurando consumir a sua caducidade; tem alargado a precarização dos vínculos e condições de trabalho; a generalização da desregulação dos horários de trabalho e mesmo do seu aumento; tem procurado imputar ao trabalhador os custos com o posto e os meios de trabalho (com as várias tentativas de generalização do denominado “teletrabalho”) e tem redundado numa estagnação no que diz respeito à matéria salarial, com a maior queda do valor do salário real (desde que há estatísticas) a registar-se em 2022.

Procurando contrariar as pequenas mas importantes vitórias que se conquistaram nalguns sectores, o capital tem utilizado a estratégia da conciliação de classes, recorrendo aos mais diversos espaços ou instrumentos que, com os governos ao seu serviço, tem criado: a UGT, sempre disponível para essa conciliação, ou outros sindicatos que procuram manipular e dividir os trabalhadores.

2.4.1.7.

Aos comunistas no MSU cabe a responsabilidade de levar adiante, no quadro desta ofensiva, a defesa do MSU de classe e de massas que o projecto da CGTP-IN representa, intensificando a intervenção nos locais de trabalho, contribuindo para a unidade e para a convergência na luta com todos quantos defendam os trabalhadores. Persistindo nas linhas de orientação já definidas: a acção sindical integrada, a acção reivindicativa a partir dos locais de trabalho, o desenvolvimento da luta, o reforço da intervenção sindical, da sindicalização e da estrutura de base, o aprofundamento do processo de reestruturação administrativa e financeira das estruturas onde intervêm.

2.4.2.

Movimento das Comissões de Trabalhadores

As Comissões de Trabalhadores (CT) desenvolvem um papel relevante em muitas empresas do distrito.

2.4.2.1.

A Constituição da República atribui às CT um importante papel na defesa dos seus interesses e com competências diferentes e complementares de outros Órgãos Representativos de Trabalhadores. A par destas competências, as CT têm contribuído, em diversas ocasiões, para o reforço da unidade e a luta dos trabalhadores. Nas empresas onde existem Comissões de Trabalhadores é tarefa dos comunistas e da célula (onde existir) contribuir para o reforço do seu carácter unitário e do seu prestígio.

2.4.2.2.

A CIL – Coordenadora das CT do distrito de Lisboa – tem contribuído para o reforço do movimento, tendo uma comunicação regular com mais de cem CT, com a edição do seu boletim, a realização de Encontros Regionais, a mobilização para a luta convergente dos trabalhadores e a participação nos Encontros Nacionais.

2.4.2.3.

Existe uma linha de intervenção do patronato com a cumplicidade dos partidos da política de direita e a intervenção de forças divisionistas, que pretende a adulteração do papel das CT. Perante esta estratégia contra os interesses dos trabalhadores, o que é exigido dos comunistas e da célula do Partido é que contribuam para o reforço destas estruturas, do seu carácter unitário e do seu prestígio, para o pleno exercício das funções atribuídas, sem aceitar qualquer redução a um papel colaboracionista ou inócuo.

2.4.3.

Movimento Associativo Popular (MAP)

No distrito de Lisboa, como no país, décadas de política de direita têm tido graves consequências na vida das colectividades e dos dirigentes associativos.

2.4.3.1.

Para além da alteração da lei do arrendamento urbano, que deixou sem sede muitas colectividades com a crescente especulação imobiliária, acentuaram-se as dificuldades de participação de dirigentes na vida associativa em consequência do agravamento das condições de vida, e com particular gravidade, da desregulação e aumento dos horários de trabalho e da crescente precariedade dos vínculos laborais.

2.4.3.2.

Os encerramentos por longos período de tempo e as limitações impostas ao funcionamento das várias instâncias da vida colectiva com a epidemia da COVID-19 vieram intensificar, e nalguns casos de maneira irreversível, as dificuldades já sentidas pelas estruturas e dirigentes do Movimento Associativo Popular (MAP), mas continuam a existir centenas de organizações e comunistas a intervir nelas. No que diz respeito às estruturas unitárias, continuam a existir no distrito a Federação das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, as Associações concelhias de Loures, Lisboa, Alenquer e da freguesia de Vialonga.

2.4.3.3.

A organização e participação dos comunistas que intervêm no MAP e a regularidade de funcionamento dos organismos em que participam também sofreu recuos, impostos pela situação epidémica e por dificuldades no trabalho de direcção.

2.4.3.4.

São orientações:

2.4.3.4.1.

Contribuir, no âmbito da intervenção no distrito, para o reforço das estruturas do Movimento;

2.4.3.4.2.

Desenvolver acções reivindicativas em articulação com as diversas estruturas no distrito, designadamente em torno dos direitos do movimento associativo e dos meios para a sua intervenção;

2.4.3.4.3.

Estimular a convergência da intervenção do MAP com outros movimentos populares de massas em torno dos problemas sociais e das populações;

2.4.3.4.4.

Continuar a responsabilizar quadros nos concelhos por esta tarefa, nomeadamente a partir do rejuvenescimento das comissões de freguesia;

2.4.3.4.5.

Restabelecer a regularidade e o funcionamento da Coordenadora Distrital e do organismo dos comunistas na Federação Distrital.

2.4.3.4.6.

Divulgar as propostas do Partido junto do MAP, através do trabalho das Comissões de Freguesia e Concelhias.

2.4.4.

Associações de Bombeiros Voluntários

O distrito de Lisboa conta com 57 associações onde participam cerca de 500 dirigentes, 3.350 bombeiros voluntários sendo, destes, 1.645 assalariados. O número de bombeiros a nível nacional atinge mais de 30 mil com 413 associações. O conjunto dos trabalhadores que integram as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários – AHBV – constituem a espinha dorsal de múltiplas funções e serviços públicos prestados ao país no plano do socorro às populações e na protecção civil, nomeadamente no combate a incêndios florestais e urbanos. Apesar desta evidência, estes serviços públicos essenciais, realizados pelas AHBV, não têm tido, ao longo do tempo, o reconhecimento e o financiamento público devido e assegurado pelo Estado Português.

2.4.4.1.

São orientações:

2.4.4.1.1.

Prosseguir o combate pelo financiamento público central, que suporte as necessidades financeiras das AHBV e continuar a luta pela aprovação de um Regime Especial para as relações laborais dos trabalhadores das AHBV;

2.4.4.1.2.

Alargar a participação e a organização dos membros do Partido que intervêm nas várias estruturas associativas de bombeiros no âmbito de cada concelho.

2.4.5.

Outras Estruturas e Movimentos

2.4.5.1. URAP

A União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) no período que medeia entre a IX e a X AORL tem continuado a desenvolver intensa actividade de esclarecimento e combate contra o branqueamento do fascismo e a reescrita da história, assim como na luta contra o recrutamento de actividades fascistas e fascizantes por parte dos que, de uma forma aberta ou encapotada, estão submetidos à ideologia e prática da classe dominante.

2.4.5.1.1.

A ORL tem dado o seu contributo para o reforço e afirmação da URAP, de apoio à realização de iniciativas, divulgação dos Livros editados pela URAP, apoio às sessões nas Escolas e Universidades e outras actividades.

2.4.5.1.2.

A ORL tem contribuído para o reforço da URAP e a criação dos seus núcleos em praticamente todos os concelhos e um pouco por todo o distrito. É importante continuar a apoiar não apenas o desenvolvimento das suas actividades mas contribuir para o alargamento dos membros dos núcleos e para o seu rejuvenescimento.

2.4.5.2. Comissões de Utentes

Desde a última Assembleia que assistimos a uma degradação e ataque aos Serviços Públicos. Assim, o Movimento de Utentes em Defesa dos Serviços Públicos (MUSP), através das Comissões de Utentes, tem tido um papel importante para o alargamento da luta de massas em defesa dos Serviços Públicos.

2.4.5.2.1.

Na região de Lisboa as Comissões de Utentes têm desenvolvido acções de luta sobretudo em torno da defesa do SNS, pelo passe social intermodal e pela qualidade dos transportes públicos, e contra o encerramento das agências bancárias da CGD.

2.4.5.2.2.

Pelo que permite envolver a população e alargar na mobilização em torno de lutas específicas, num quadro em que a ofensiva contra os serviços públicos é expectável que se aprofunde, coloca-se a necessidade de dinamizar e criar mais Comissões de Utentes.

2.4.5.3. Associações de Pais

A intervenção dos pais e encarregados de educação na vida da escola, a sua organização em Associações de Pais é essencial para inverter o rumo de degradação da Escola Pública.

2.4.5.3.1.

São orientações:

2.4.5.3.1.1.

Em cada novo ano lectivo fazer o levantamento de militantes e amigos do Partido que são membros de Associações de Pais e sensibilizar camaradas e amigos, com filhos em idade escolar, para que integrem e intervenham em Associações de Pais ou para que promovam a sua criação onde não existam;

2.4.5.3.1.2.

Conhecer a intervenção das Associações de Pais existentes e procurar contribuir para que desempenhem um papel dinâmico e reivindicativo na defesa da Escola Pública.

2.4.5.4. Manifesto em Defesa da Cultura

O Manifesto em Defesa da Cultura continua a afirmar o seu importante papel na batalha pela democratização da Cultura. Para lá da difusão da importante reivindicação da atribuição de 1% do Orçamento do Estado para a Cultura, elemento central e fundamental para uma outra política, a sua intervenção em defesa da democratização

do acesso à criação e à fruição cultural é muito relevante, envolvendo e contribuindo para o trabalho em unidade neste sector. O seu papel na dinamização da luta dos últimos anos, a justeza das propostas e projecto para a cultura que apresenta e o envolvimento que promove no desenvolvimento do seu trabalho são elementos que justificam o seu prestígio. Passados dez anos da sua criação, coloca-se como necessidade para o desenvolvimento da actividade o seu reforço, seja através da adesão e participação de mais pessoas, seja através da criação de núcleos locais.

2.5.

Batalhas Eleitorais e Acção Institucional

2.5.1.

Autarquias locais

O Governo PS manteve as linhas da política de direita, dando continuidade à subversão do poder local democrático – aprofundando o centralismo com a recusa em repor as freguesias liquidadas e em criar as regiões administrativas; persistindo num modelo de subfinanciamento do poder local; avançando, em acordo com o PSD, para um processo de transferência de competências que desresponsabiliza o Estado nas suas funções sociais e passa para as autarquias encargos financeiros que não são seus, pondo em causa a igualdade de acesso a serviços e funções sociais do Estado.

2.5.1.1.

Entre as características distintivas do projecto autárquico do PCP e da CDU está a promoção da participação popular para uma efectiva gestão democrática, factor de reforço da consciência política e social das populações, e motor das transformações necessárias ao serviço dos seus interesses e aspirações. Seja em minoria ou em maioria, a intervenção dos eleitos e da CDU deve partir dos problemas concretos das populações para a intervenção nos órgãos autárquicos do distrito de Lisboa.

2.5.1.2.

Nas eleições autárquicas de 26 de Setembro de 2021 a CDU obteve 106.121 votos (11,64%)

na votação para as assembleias municipais e 102.962 votos (11,29%) na votação para as câmaras municipais. Manteve a maioria na CM de Sobral de Monte Agraço e manteve a maioria em 8 freguesias, tendo perdido a maioria na CM de Loures e em 6 Freguesias. Foram eleitos 17 vereadores, 57 mandatos nas assembleias municipais (AM) e 222 nas assembleias de freguesia (AF).

2.5.1.3.

O resultado da CDU, sendo inseparável de factores de condicionamento externo, exige a tomada de medidas para ultrapassar fragilidades e insuficiências através de um trabalho continuado e persistente conjugado com o trabalho mais geral de reforço de influência do Partido, sem os quais não é possível obter bons resultados eleitorais de forma consolidada.

2.5.1.4.

As centenas de mandatos obtidos nas eleições autárquicas devem ser um instrumento para mobilizar e dar força às lutas das populações e dos trabalhadores, para denunciar a política de direita e construir soluções para problemas concretos, para reforçar a influência do Partido, para contribuir para a concretização da política alternativa, patriótica e de esquerda que propomos ao País.

2.5.1.5.

São orientações:

2.5.1.5.1.

Reforçar a relação de proximidade entre eleitos e populações e organizações de massas, levar a cabo uma intervenção de denúncia e de proposta, a partir do conhecimento dos problemas concretos, que estimule e incentive à luta organizada;

2.5.1.5.2.

No trabalho em maioria, dar continuidade aos princípios da gestão democrática, baseada na participação e na prioridade aos interesses e direitos das populações, com a realização de obra, mas também com a denúncia das medidas de desresponsabilização do Estado em relação às suas competências;

2.5.1.5.3.

Orientar a nossa intervenção para que as populações reconheçam os eleitos do Partido como os porta-vozes das reivindicações populares, levando aos órgãos autárquicos tudo o que afecte a qualidade de vida das populações;

2.5.1.5.4.

Elaborar planos de contactos e encontros com as populações, de visitas, reuniões com estruturas e associações, e sessões públicas com eleitos, de forma a aprofundar o conhecimento dos problemas das populações e dos trabalhadores, que devem ser depois objecto da dinamização de comissões de luta, de intervenção nas AF, AM e CM, acompanhada de tomadas de posição e comunicados aos trabalhadores e às populações; reforçar a propaganda e a informação do PCP e da CDU, aumentando a divulgação das tomadas de posição, boletins informativos e presta-contas, valorizando a nossa intervenção;

2.5.1.5.5.

Manter e alargar a ligação a um vasto número de independentes, amigos do Partido e activistas da CDU, promovendo o seu envolvimento e participação, – desde logo os que connosco estiveram nas Eleições Autárquicas de 2021 – realizando reuniões e plenários da CDU alargados, mobilizando-os para a luta pela ruptura com a política de direita, pela construção da alternativa patriótica e de esquerda;

2.5.1.5.6.

Dirigir a intervenção autárquica para os problemas concretos da população, para a melhoria das suas condições de vida, dando especial atenção aos problemas dos trabalhadores da administração local, inserindo-a na acção geral do Partido, pelo aumento geral dos salários, pela valorização das reformas, pela defesa dos serviços públicos;

2.5.1.5.7.

Manter a regularidade de funcionamento da Comissão de Autarquias e Luta das Populações bem como das estruturas concelhias e de freguesia de acompanhamento e direcção desta frente de trabalho.

2.5.2.

Assembleia da República e Parlamento Europeu

A acção dos deputados do PCP, ancorada no projecto do Partido para o País e enquanto instrumento da sua acção e intervenção, pautou-se pela defesa permanente dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País, no combate às políticas negativas dos governos e das estruturas da União Europeia e pela afirmação da política alternativa patriótica e de esquerda, essencial ao desenvolvimento soberano de Portugal.

2.5.2.1.

Apesar dos condicionamentos decorrentes de um menor número de deputados eleitos pelo distrito de Lisboa, a acção dos deputados do Partido esteve sempre ligada à luta dos trabalhadores e dos sectores e camadas antimonopolistas, participando solidariamente na luta dos trabalhadores e das populações, intervindo nas concentrações ou junto dos piquetes de greve, levando essas lutas e reivindicações à Assembleia da República, através da denúncia, de intervenções, requerimentos e perguntas ao Governo ou através de propostas legislativas sobre problemas que afectam a vida na região e no país. Foram muitas as intervenções feitas denunciando ataques contra os trabalhadores de várias empresas do distrito, o encerramento e degradação de serviços públicos, em torno dos problemas ambientais e patrimoniais, entre muitos outros.

2.5.2.2.

Tendo a intervenção dos deputados no Parlamento Europeu (PE) um âmbito nacional, a ORL não tem dado a necessária atenção às possibilidades da sua intervenção no distrito, situação que é preciso corrigir.

2.5.2.3.

São orientações:

2.5.2.3.1.

Integrar, na intervenção do Partido sobre problemas concretos das populações e dos trabalha-

dores, as possibilidades de intervenção, denúncia e proposta na AR e no PE, divulgando essa intervenção adequadamente.

2.5.2.3.2.

Aproveitar toda a disponibilidade dos deputados do Partido, organizando audições, visitas a empresas e locais de trabalho, serviços públicos, instituições e associações, de forma não só a prestigiar e aumentar a influência do Partido, mas sobretudo a contribuir para o desenvolvimento da luta.

2.5.2.3.3.

Aproveitar melhor as potencialidades de intervenção na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, bem como a disponibilidade dos deputados do Partido para contactos directos com os trabalhadores e população, tendo já como horizonte as batalhas eleitorais que teremos que preparar, em 2024 para o Parlamento Europeu e em 2025 para a Assembleia da República.

3.

O PARTIDO ORGANIZAR INTERVIR LUTAR

Para que a luta organizada cresça, dando um contributo decisivo para a ruptura com a política de direita e a afirmação da política alternativa – a política patriótica e de esquerda, precisamos de uma organização do Partido virada para as massas, atenta aos problemas que afectam a vida dos trabalhadores e das populações, organizando as pequenas e as grandes lutas que ajudem a resolver os problemas, permitam avanços e contribuam para a elevação da consciência política das massas.

3.1.

Organização

A organização do Partido não existe como um fim, mas sim como um meio, sendo o principal instrumento para a dinamização e condução da luta dos trabalhadores e das populações com vista à resolução dos problemas que os afectam e pela superação revolucionária do capitalismo.

3.1.1.

A organização não é estática, exigindo uma atenção permanente, nomeadamente a estruturação, a fim de que esta corresponda, em cada momento, às necessidades do Partido, da intervenção e da luta.

3.1.2.

O número de militantes da ORL do PCP é de 10.989, organizados nos 16 concelhos do distrito e nos 20 organismos de sector profissional e de empresa.

3.1.3.

Nas organizações locais estão organizados 71% do total de efectivos do Partido e 28,7% organizam-se nos sectores profissionais e de empresa. Da totalidade dos membros da ORL 5404 são trabalhadores no activo, estando os restantes reformados.

3.1.4.

A estrutura do Partido é composta por 456 organismos, 35 organismos de direcção de concelhos e de sectores profissionais e de empresas, 85 comissões de freguesia e 66 células/secretariados de célula de empresa; 29 organismos sindicais, 9 para as CT, 74 para o trabalho autárquico, 12 para o trabalho com os reformados. Os restantes são organismos para o trabalho junto das colectividades, trabalho de mulheres, imigrantes, deficientes, comissões de utentes, comissões de fundos, centro de trabalho e propaganda.

3.1.5.

A composição social da ORL é de 68,8% operários e empregados, 18,4% intelectuais e qua-

droso técnicos, 4,8% PME's, 1,9% de estudantes e 0,2% de agricultores. A percentagem de mulheres continua a crescer, sendo agora de 35,9%.

3.1.6.

Entre 2019 e 2022 realizaram-se 60 assembleias das organizações. Todas as grandes organizações concelhias e a maioria dos sectores profissionais realizaram assembleias neste período. Também os sectores de empresas concelhios, sub-sectores do Sector Intelectual e células de empresa realizaram 12 assembleias e tendo sido feitas 42 nas freguesias.

3.1.7.

A realização de um tão grande número de assembleias permitiu a prestação de contas, definindo objectivos, reforçando a democracia interna do Partido e representando um avanço significativo na renovação de quadros em toda a estrutura de direcção na ORL.

3.1.8.

Realizou-se um encontro de quadros sobre o trabalho nas empresas e locais de trabalho e um encontro de camaradas membros de comissões de freguesia.

3.1.9.

A estrutura orgânica do Partido e o seu funcionamento, para darem sentido à intervenção e à luta, não podem ser desligados dos seus princípios, em que o centralismo democrático é a pedra angular – uma profunda democracia interna aliada a uma única orientação geral e uma única direcção central.

Os membros do Partido integram-se nas suas organizações e organismos, onde têm o direito e o dever de colocar as suas opiniões, de contribuir para a discussão, o apuramento e a decisão colectiva, que a todos obriga na acção.

Estes princípios de funcionamento implicam a crítica e o combate a todas as intervenções, nomeadamente nas plataformas digitais, à margem das organizações e organismos, desrespeitando as orientações e decisões colectivas.

3.2.

Direcção

Um contexto político muito exigente, marcado por dois anos de epidemia, eleições autárquicas, presidenciais e legislativas antecipadas, obrigou a um aturado trabalho de direcção e a um grande empenhamento do núcleo activo do Partido na ORL, exemplo de grande esforço, militância, determinação e combatividade, no quadro de uma forte ofensiva anti-democrática de cariz profundamente anticomunista.

3.2.1.

Este contexto veio comprovar a importância do trabalho colectivo e do controlo de execução, a par da necessidade do reforço da disciplina revolucionária, no concretizar das decisões colectivas.

3.2.2.

O trabalho de direcção concretizou-se a partir do funcionamento regular dos organismos executivos da DORL e dos Executivos das Concelhias e Sectores Profissionais que, com uma ligação directa às estruturas de base – comissões de freguesia e células de empresa –, o asseguraram no essencial. Pelo que representam na ligação aos problemas das populações e dos trabalhadores, na organização da luta e ligação às massas, os organismos dirigentes nas freguesias e empresas são determinantes para o trabalho do Partido.

3.2.3.

No trabalho de direcção é essencial que toda a estrutura aos vários níveis funcione com regularidade, dos organismos executivos às comissões de apoio, potenciando para a intervenção toda a capacidade existente e no qual as comissões concelhias e os OD dos sectores profissionais têm um papel muito relevante em toda a actividade do Partido.

3.2.4.

A Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) reuniu 11 vezes e mesmo em tempo de epidemia manteve alguma regularidade. Realizou três reuniões em 2022 e três em 2021,

procurando acompanhar a actividade geral do Partido. A principal dificuldade continua a ser a participação irregular de alguns dos seus membros, situação que é preciso corrigir.

3.2.5.

O número de membros da DORL deve ter uma ligeira diminuição (em 2019 foram eleitos 78 camaradas). Deve manter uma maioria de operários e empregados, procurando manter uma forte componente operária (em 2019 foram eleitos 42,31%). Devemos reforçar a DORL com mais camaradas vindos das células de empresas e com mais mulheres.

3.2.6.

Os organismos executivos da DORL do PCP (executivo e secretariado) devem manter-se com as seguintes funções:

3.2.6.1.

O Executivo deve manter uma composição alargada e assegurar directamente a direcção política das organizações e áreas de trabalho e das prioridades definidas; fazer o controlo de execução e dinamizar a actividade partidária geral e ter a iniciativa política diária que afirme e reforce o Partido no distrito de Lisboa e nos concelhos e sectores.

3.2.6.2.

O Secretariado acompanha as questões de direcção, de quadros, de organização, financeiras e patrimoniais.

3.2.6.3.

A avaliação feita até agora aponta para não manter a Comissão Distrital, sem prejuízo de, no decurso do processo de avaliação do trabalho de direcção, no âmbito de preparação da ORL, se decidir em definitivo.

3.2.7.

A DORL do PCP, no âmbito do seu funcionamento, constituiu diversas comissões e grupos de trabalho, uns permanentes outros eventuais, sendo muito importantes no apoio ao trabalho de direcção. É necessário reforçar o trabalho co-

lectivo e regularizar o seu funcionamento. Deverá avaliar sobre a necessidade de criar outras comissões ou grupos de trabalho.

3.3.

Quadros

Sendo um dos aspectos mais exigentes no trabalho de direcção dos organismos, implica que cada um e, em particular, os secretariados das concelhias e dos sectores profissionais tenham um levantamento e conhecimento dos quadros, das suas características, disponibilidades e potencialidades, o que implica a discussão, com regularidade, da política de quadros.

3.3.1.

Desde a última Assembleia, a responsabilização de quadros tem sido uma preocupação permanente na DORL, baseada no trabalho desenvolvido no âmbito da preparação do XXI Congresso do Partido e das várias Assembleias realizadas – concelhias, de sector, de células de empresa e de freguesia.

3.3.2.

Esta linha de trabalho tem que ser mantida, procurando responsabilizar mais quadros, em particular quadros operários, mulheres e jovens, por organizações e tarefas regulares adequadas às suas capacidades e disponibilidades, com o devido acompanhamento e ajuda à sua evolução, nomeadamente na sua preparação teórica e ideológica. A ORL deverá dar cumprimento à acção nacional de responsabilização de 1000 novos quadros por tarefas regulares e organizações do Partido até final de 2024, com o cumprimento da meta distrital.

3.4.

As células de empresa

É na empresa que os trabalhadores se confrontam com a contradição fundamental do capitalismo – o carácter social da produção e a apropriação privada dos meios de produção.

Numa primeira fase os trabalhadores ganham consciência da necessidade da luta económica, contra a exploração, por melhores salários, em defesa dos seus direitos. Mas os trabalhadores precisam de compreender que o fim da exploração só acontece com o fim do capitalismo e a sua substituição por um outra sociedade, mais democrática, sem exploradores nem explorados, o socialismo. Esse é o papel do Partido.

3.4.1.

O Partido fá-lo através da sua intervenção geral na sociedade, mas o papel dos comunistas no interior da empresa, unindo e organizando os trabalhadores, reforçando as ORT, dinamizando a luta e a acção de massas é imprescindível. Daí que deva ser dada uma atenção especial às células de empresa – organização de base, alicerce e elo fundamental de ligação com a classe operária, com os trabalhadores, com as massas populares, como se afirma nos Estatutos.

3.4.2.

Nestes últimos quatro anos a estrutura organizativa na ORL para o trabalho com as empresas manteve-se, suportada por 12 sectores profissionais que incluem vários sub-sectores intermédios, 7 sectores de empresas nos concelhos, 78 células de empresa, 28 organismos para o trabalho sindical e 9 para as comissões de trabalhadores. A composição social dos camaradas aqui organizados é de 60% de operários e empregados e 37,4% de mulheres.

3.4.3.

Estes sectores intervêm junto de milhares de trabalhadores de sectores estratégicos da economia, de funções sociais do Estado, bem como de profissões e áreas económicas mais recentes ou em expansão. Organizações com âmbitos de intervenção diferentes, com estrutura e número de quadros diferenciados entre si, que procuram corresponder às novas realidades de organização e intervenção, fruto da evolução orgânica do Partido, mas também às provocadas pelo processo de desenvolvimento capitalista no nosso país e no distrito.

3.4.4.

Realizou-se uma campanha nacional que teve como objectivo constituir 100 novas células e responsabilizar 100 novos camaradas por células de empresa. Na ORL constituímos 22 novas células e responsabilizámos 36 novos camaradas. Realizámos dois cursos de formação específicos para estes camaradas. Este trabalho permitiu-nos fazer um levantamento mais rigoroso das 65 empresas onde considerámos ser necessário e possível constituir células do Partido.

3.4.5.

A DORL tem vindo a realizar encontros anuais sobre a actividade das células de empresa para avaliação do trabalho realizado, troca de experiências e definição de linhas de trabalho. Foram interrompidos no período mais intenso da epidemia. Voltou a realizar-se um Encontro em 16 de Novembro de 2021. Deve ser reposta a sua regularidade anual a partir de 2023.

3.4.6.

No desenvolvimento do trabalho importa realçar a actividade desenvolvida no quadro das várias eleições com a distribuição de propaganda em centenas de empresas do distrito e a recolha de apoios à CDU de mais de 600 dirigentes e delegados sindicais, membros de comissões de trabalhadores e membros de comissões de segurança e saúde no trabalho.

3.4.7.

No plano do trabalho de informação e propaganda várias células e sectores têm um boletim regular – CM Lisboa, CM Loures, CM VFX, CM Sintra, INCM (Conta Fios), Bruno Janz, Vigilância (Vigilante), Hotelaria (Lodo), Grandes Superfícies (Confiança e Luta), Limpeza (Linha da Frente), Sector de Empresas de Vila Franca (Engrenagem), Sector de Empresas de Sintra (Sintra Laboral), mas em número muito insuficiente para as necessidades e possibilidades, situação que é preciso corrigir.

3.4.8.

São orientações:

3.4.8.1.

A definição em cada célula de um plano de trabalho anual, com a identificação dos problemas dos trabalhadores, a intervenção adequada para lhes dar resposta, com base no trabalho de massas e as medidas para o reforço do partido nas suas várias dimensões;

3.4.8.2.

Contribuir, através da intervenção da célula e dos seus militantes, para o esclarecimento, unidade, organização e luta dos trabalhadores, em que os boletins ou comunicados assumem papel relevante;

3.4.8.3.

A avaliação dos quadros que, em cada momento, podem ser mais responsabilizados, com atenção especial a novos responsáveis de célula, dando-lhes o apoio e a ajuda individual para que tenham sucesso no seu trabalho;

3.4.8.4.

A definição de um plano de trabalho para a constituição de novas células nas empresas prioritárias a partir do levantamento já efectuado, dando prioridade às empresas operárias;

3.4.8.5.

O levantamento regular dos trabalhadores que se destacam em cada empresa com vista ao seu recrutamento e posterior integração na actividade da célula;

3.4.8.6.

Manter a prática de realização de um encontro anual de camaradas de células de empresa;

3.4.8.7.

Continuar a dinamizar e concretizar a acção nacional “Mais força aos trabalhadores” que culmina em Maio de 2023.

3.5.

As organizações de base local

Na ORL 72% dos militantes estão organizados nas organizações locais, pelo que estas adquirem uma enorme importância, tanto pelo número de militantes como pelas diversas tarefas que lhes estão atribuídas. A par do trabalho orgânico e das tarefas gerais do Partido, é responsabilidade da direcção das organizações locais o enquadramento político dos eleitos do Partido na autarquia e dos eleitos no movimento associativo local, sejam colectividades, bombeiros, associações de reformados ou comissões de utentes. Este trabalho deve ter como objectivo a politização da intervenção virando o Partido para a organização da luta das populações e reforçando a ligação às massas.

3.5.1.

Desde a última AORL realizaram-se 48 Assembleias das organizações de Freguesia que elegeram novas Comissões de Freguesia (CF), procurando renovar e rejuvenescer a sua composição. Mesmo em várias organizações que não realizaram Assembleias tem-se procurado fazer um trabalho de renovação, responsabilização de novos militantes nas CF e estruturação das mesmas.

3.5.2.

São orientações:

3.5.2.1.

Através da estruturação da organização atribuir tarefas desde logo a todos os membros das Comissões de Freguesia (CF), assegurando um contacto e ligação regular a todos os militantes da organização, que permita o seu envolvimento nas tarefas do Partido;

3.5.2.2

Reforçar a influência do Partido no Movimento Associativo e noutras estruturas unitárias, existentes ou a criar, atribuindo essa responsabilidade a camaradas das CF, estabelecendo planos de trabalho e prioridades e organizando os militantes nessa frente;

3.5.2.3.

Melhorar, em cada organização, o conhecimento sobre as condições de vida das populações e, em permanente ligação às massas, organizar a luta para solucionar os problemas e dar voz às justas reivindicações populares. No imediato, dinamizar a intervenção local do Partido a partir das aspirações e problemas sentidos nas localidades dando expressão ao lema “Viver Melhor na Nossa Terra”.

3.5.2.4.

Garantir o funcionamento regular das CF e a realização regular de reuniões plenárias nas organizações de freguesia;

3.5.2.5.

Reforçar, rejuvenescer e renovar as CF, garantindo que cada membro tem uma tarefa atribuída e que dela presta contas regularmente, e que a sua composição corresponde às necessidades do reforço orgânico, de afirmação do Partido, de ligação às massas e de desenvolvimento da luta;

3.5.2.6.

Na estruturação das CF, levar a cabo medidas que cumpram objectivos orgânicos – ligação aos militantes, cobrança de quotas, elaboração e distribuição de propaganda, venda do *Avante!* e de *O Militante*, recrutamento –, que garantam a influência do Partido no plano das estruturas de massas (comissões de utentes, movimento associativo), que potenciem o desenvolvimento da luta e que garantam a direcção do trabalho no plano autárquico.

3.6.

Recrutamento e integração de novos militantes

O recrutamento é essencial para o reforço do Partido. Para isso é necessário definir objectivos de recrutamento, com a identificação de trabalhadores a contactar, dividir os contactos pelos vários membros do organismo de direcção do sector ou organização e, em cada reunião deste organismo, fazer controlo de execução.

3.6.1.

Os organismos executivos da DORL devem propor e acompanhar os objectivos de trabalho no que respeita ao recrutamento e à integração dos novos militantes ao nível da ORL.

3.6.2.

Desde 2019, na IX AORL, foram recrutados 760 novos militantes. 422 foram recrutados nas organizações locais, 338 foram recrutados nos sectores profissionais e sectores de empresa dos concelhos. O recrutamento dirigido, nomeadamente, nas empresas e locais de trabalho, está aquém das nossas possibilidades, não tendo sido exploradas todas as potencialidades da campanha dos 5.000 contactos. A situação a partir do segundo trimestre do ano 2020, com a epidemia da COVID-19, o alargamento do *lay-off* e do número de trabalhadores confinados ou em teletrabalho, dificultou alguns contactos. Contudo, o número alargado de independentes apoiantes da CDU entre os representantes dos trabalhadores que fizeram parte das listas autárquicas, bem como aqueles que estão connosco em comissões de utentes, no movimento associativo ou outras organizações de massas, revela um enorme potencial.

3.6.3.

Embora se tenham alargado as medidas para o célere enquadramento e integração dos novos militantes nos organismos do Partido e a atribuição a cada um de tarefas, é fundamental ir mais longe, ajudando à sua formação ideológica, integrando-os na discussão colectiva e não desperdiçando o estado de espírito e motivação com que um novo militante decide vir ao PCP.

3.6.4.

O aumento da influência e do prestígio do Partido junto dos trabalhadores e das populações deve ser por nós aproveitado para estreitar contactos para possíveis recrutamentos. Deve-se igualmente promover o contacto imediato com quem, através das plataformas digitais, demonstra interesse em aderir ao Partido ou trabalhar connosco.

3.6.5.

A Campanha Nacional de Recrutamento «O Futuro tem Partido», que se iniciou em 2021 e terá a sua conclusão em Abril de 2023, exigiu da nossa organização um trabalho dirigido, organizado com controlo de execução, do levantamento de nomes, da concretização do contacto e do seu resultado. Para tal foi necessário elaborar em todas as organizações listas nominais de abordagens para vir ao Partido. No âmbito desta campanha realizámos 501 recrutamentos.

3.6.6.

São orientações:

3.6.6.1.

O permanente levantamento de nomes em cada organização, nomeadamente de jovens e operários, a responsabilização de camaradas pela realização de cada uma das conversas com vista ao recrutamento, a calendarização dos contactos a fazer e um rigoroso controlo de execução;

3.6.6.2.

Prosseguir e aprofundar as responsabilizações de militantes pelo trabalho orgânico e de carácter regular, mas também de tarefas de ligação às massas, sejam na freguesia ou na empresa;

3.6.6.3.

Acompanhar os militantes nas tarefas, trazê-los à participação nos cursos de formação e avaliar com regularidade o seu desenvolvimento.

3.7.

Militância e formação ideológica

É na militância que cada membro do Partido se realiza enquanto militante, participando no seu organismo, inserindo-se na discussão e trabalho colectivo, assumindo tarefas e trabalhando para a sua concretização. Cada militante acrescenta consciência política à consciência social e ganha percepção prática do papel do Partido na luta emancipadora dos trabalhadores.

3.7.1.

É na militância e no trabalho colectivo, conhecendo a história do Partido, lendo os clássicos do marxismo-leninismo, o *Avante!* e *O Militante*, participando na luta social e política que os membros do Partido reforçam a sua consciência ideológica.

3.7.2.

Na brutal luta de classes que travamos a batalha pelas consciências é uma das mais importantes. Sabedor disso, o capital e os partidos ao seu serviço tudo fazem para que os trabalhadores não ganhem consciência da sua condição de explorados enquanto criadores de toda a riqueza, e não se organizem para, através da luta, avançarem para a superação revolucionária do capitalismo.

3.7.3.

Para além das linhas clássicas do anticomunismo, do silenciamento e deturpação das posições políticas do Partido, são lançadas linhas de manipulação das suas posições.

3.7.4.

É necessário que os militantes do Partido estejam preparados no plano ideológico para resistir à ofensiva do capital e dos meios ao seu dispor e passem à contra-ofensiva do esclarecimento junto dos trabalhadores e das massas populares.

3.7.5.

Nos últimos anos, a DORL e as suas organizações fizeram um grande esforço para organizar acções de formação para permitir aos militantes do Partido um aprofundamento dos conhecimentos, armando-os para intervirem na batalha ideológica. Programa e Estatutos do Partido, a História do Partido no quadro das comemorações do centenário, classes e lutas de classes, introdução ao marxismo-leninismo, “Partido com Paredes de Vidro”, e “Rumo à vitória”, foram matérias das acções de formação, a par de um conjunto alargado de debates sobre a situação internacional.

3.7.6.

Na ORL realizaram-se 47 acções de formação com a participação de 735 militantes. Participaram ainda em acções de formação na Escola do Partido 169 quadros da ORL.

3.7.7.

São orientações:

3.7.7.1.

Discutir com regularidade a situação política nacional e internacional, afirmando e divulgando as posições do Partido;

3.7.7.2.

Continuar o planeamento anual das acções de formação no plano da ORL e nos concelhos e sectores;

3.7.7.3.

Concretizar a participação nesses cursos dos camaradas que assumem responsabilidade de direcção e nunca participaram numa acção de formação, dos novos militantes e de todos os outros camaradas cuja participação se considere útil.

3.8.

Independência Financeira e Património

“A independência financeira do PCP é uma sólida garantia da independência orgânica, política e ideológica, importante valor a preservar e assegurar no seu trabalho e intervenção.” (XXI Congresso do PCP)

3.8.1.

Na ORL consolidámos o trabalho de direcção, acompanhamento e controlo do trabalho de fundos, concretizou-se a responsabilização de novos quadros mas de forma ainda insuficiente, tendo em conta a complexidade contabilística e a exigência crescente que se coloca a este trabalho.

3.8.2.

Os resultados financeiros destes últimos quatro anos foram positivos, fruto de receitas extraordinárias, em particular com as contribui-

ções dos camaradas que estiveram nas mesas de voto nos diversos actos eleitorais e da campanha “O futuro tem Partido”.

Nas quotizações, após uma quebra em 2019 e 2020, recuperámos em 2021 e 2022. No entanto estamos aquém dos objectivos que traçámos na IX Assembleia e das potencialidades. Cerca de 65% da organização paga quotas regularmente quando o nosso objectivo era de 80%.

As contribuições dos eleitos autárquicos mantiveram-se a um bom nível embora, em virtude dos resultados das últimas eleições autárquicas, estas tenham diminuído. As iniciativas e os locais de convívio tiveram uma quebra no período da COVID-19, situação que se tem vindo a recuperar.

Diminuímos as despesas e mantivemos um apoio significativo à actividade da JCP e aumentámos o nosso contributo para as necessidades decorrentes da actividade geral do Partido.

3.8.3.

O objectivo para os próximos quatro anos deve ser procurar equilibrar a situação financeira da ORL sem recorrer a receitas extraordinárias, aumentando o valor das quotizações e contribuições, incrementando as iniciativas, dinamizando os locais de convívio, controlando as despesas.

3.8.4.

São orientações:

3.8.4.1.

Manter, em cada organização e nos organismos, a discussão regular da situação financeira do Partido, com especial atenção à quotização;

3.8.4.2.

Criar e/ou reforçar as Comissões de Fundos e de Controlo Financeiro nos concelhos e sectores profissionais;

3.8.4.3.

Assegurar um maior rigor na elaboração dos orçamentos e no respectivo controlo orçamental, na prestação de contas nas datas definidas e no cumprimento dos procedimentos que nos são exigidos;

3.8.4.4.

Envolver mais camaradas no recebimento de quotas de forma a alcançar, onde isso ainda não acontece, o objectivo definido de, pelo menos, um camarada a receber quotas no máximo a 20 militantes;

3.8.4.5.

Divulgar junto dos camaradas as diversas formas de pagamento da quota – transferência bancária, débito directo e/ou o uso dos dados que constam no cartão de militante. No entanto devemos evoluir, progressivamente, para mais camaradas pagarem a sua quota por débito directo, a começar, desde logo, pelos novos recrutamentos;

3.8.4.6.

Promover a elevação da compreensão da importância política do aumento do valor da quota e da sua recolha, procurando atingir anualmente os objectivos já definidos de 80% dos militantes com a quota em dia, do aumento regular do seu valor, tendo como elemento de referência 1% do rendimento mensal;

3.8.4.7.

Estimular uma maior recolha de contribuições dos militantes e amigos, estabelecendo metas e elaborando listas de contactos em todos os organismos. Manter as duas campanhas anuais que habitualmente fazemos – Verão e Dia de Salário;

3.8.4.8.

Continuar a consolidar os avanços no cumprimento do princípio estatutário que define que os membros do Partido eleitos ou nomeados em cargos públicos não devem ser prejudicados nem beneficiados pelo desempenho dessas tarefas, e acompanhar com mais rigor o cumprimento desse princípio;

3.8.4.9.

Levar a cabo mais regularmente a realização de iniciativas culturais, festas, excursões, almoços e outras, em que, para além da sua importância política, se fortaleça a unidade e sejam tidos em conta os seus resultados financeiros;

3.8.4.10.

Melhorar o controlo das despesas correntes (água, electricidade, comunicações) bem como das despesas com viaturas e transportes;

3.8.4.11.

Aumentar a venda do *Avante!* e de *O Militante*, eliminando as sobras, para também, por este meio, aumentar as receitas.

3.8.5.

Precisamos de continuar a valorizar o património, dando particular atenção aos Centros de Trabalho.

3.8.6.

Nestes últimos 4 anos realizámos obras, para criar melhores condições de trabalho, nos CT de Alhandra, Vialonga e Vila Franca de Xira.

3.8.7.

Adquirimos um espaço na freguesia de Santo António dos Cavaleiros para centro de trabalho e o local onde funciona o CT de Loures.

3.8.8.

São orientações:

3.8.8.1.

Continuar a valorização do património do Partido e adaptar o nosso investimento à realidade actual da nossa organização e às suas necessidades de ligação às massas;

3.8.8.2.

Dar uma outra dinâmica ao funcionamento dos locais de convívio nos CT, nomeadamente através de debates, exposições, almoços/jantares. Dar maior atenção à conservação e limpeza dos CT, melhorando as suas condições de trabalho;

3.9. Propaganda

Perante a crise do sistema capitalista agudiza-se a ofensiva ideológica por parte do capital, que utiliza enormes recursos de propaganda e com elevada sofisticação. Ofensiva esta que desenvolve em diversos domínios da sociedade uma retórica anti-comunista, anti-progressista, da inevitabilidade do aumento da exploração e do capitalismo como etapa final da História.

3.9.1.

É neste quadro difícil mas com enormes possibilidades que as tarefas da informação, agitação e propaganda assumem uma prioridade da nossa acção. Sem menosprezar todos os meios que estejam ao nosso alcance e que devemos potenciar, há que continuar a valorizar a marca distintiva do Partido: o contacto directo com os trabalhadores e com as populações – factor de prestígio e de reconhecimento do Partido, que constitui um importante instrumento para a criação de organização partidária entre os trabalhadores.

3.9.2.

Desde a última AORL, embora se tenham obtido alguns avanços, continuamos aquém das possibilidades das organizações na responsabilização e na estruturação do trabalho.

3.9.3.

É necessário atribuir esta responsabilidade nos vários organismos e criar colectivos concelhios e sectoriais que reúnam camaradas com tarefas concretas.

3.9.4.

A presença à porta dos locais de trabalho ou nas localidades tem sido uma vertente do nosso trabalho que tem avançado. Temos conseguido que muitas vezes esta presença tenha também um conteúdo de agitação com a utilização de som, realizando tribunas públicas, mini-comícios, intervenções de rua. Conseguimos neste período o apetrechamento das organizações concelhias e do Sector de Informação e Propaganda da DORL

(SIP DORL) com meios de apoio a estas acções de rua permitindo uma maior autonomia e eficácia. É necessário continuar a avançar nesta linha de trabalho.

3.9.5.

O boletim de empresa ou sector, o comunicado, a posição sobre a luta das populações ou outros assuntos prementes, são ferramentas de extrema importância.

3.9.6.

Conseguimos avançar na comunicação do Partido junto dos trabalhadores com a criação de mais boletins sectoriais e comunicados dirigidos aos trabalhadores de várias empresas. É necessário prosseguir este caminho com maior produção de informação partindo de questões concretas e dando a conhecer as propostas do Partido para cada situação.

3.9.7.

No plano da intervenção local as dificuldades são maiores. Prosseguem bloqueios por parte das organizações na criação de informação e agitação junto das populações. É necessário vencê-los, aproximar a comunicação do Partido aos principais problemas das populações apontando as propostas do Partido.

3.9.8.

A propaganda estática, e no concreto a rede Mupi é, pela sua dimensão instalada, uma importante ferramenta do Partido. Devem ser criadas equipas orgânicas que garantam a rápida e atempada afixação dos cartazes. Deve ser constantemente avaliado se a cada momento a rede e os seus posicionamentos ainda são os mais eficazes e trabalhá-los de forma flexível, permitindo adaptá-los rapidamente a novas necessidades ou constrangimentos.

3.9.9.

No plano digital houve avanços no plano da uniformização com a intervenção regular, articulada e própria nas várias plataformas digitais. É necessário aumentar o alcance destas páginas da ORL.

3.9.10.

É necessário prosseguir a identificação de camaradas com condições técnicas e políticas que possam contribuir para esta tarefa e que possam ser integrados nos colectivos da SIP DORL. Persistem dificuldades na criação de um colectivo de audiovisuais.

3.9.11.

Entre Assembleias tem-se vindo a reforçar com meios técnicos a SIP DORL, o que contribui para uma maior eficácia da intervenção no distrito. É necessário prosseguir esta linha de trabalho.

3.10.

A imprensa do Partido

O *Avante!* e O *Militante* desempenham um papel insubstituível na formação da consciência de classe, política e ideológica e na organização partidária pela clareza, veracidade e actualidade da informação que contêm. O *Avante!*, órgão central do Partido, combate e opõe-se às barreiras de comunicação impostas pelos grandes grupos económicos dominantes e é também um importante meio de organização, de propaganda e de ligação às massas dando expressão às aspirações, lutas e conquistas dos trabalhadores e populações.

3.10.1.

O *Avante!* assume um papel fundamental que exige o alargamento da sua difusão com a implementação de medidas para:

3.10.1.1.

Aumentar o número dos seus compradores regulares, contactando os membros e simpatizantes do Partido para que o adquiram semanalmente;

3.10.1.2.

Alargar e rejuvenescer o número de camaradas que assumem a tarefa de distribuição do *Avante!*, valorizando-a no quadro da assunção de responsabilidades permanentes;

3.10.1.3.

Criar novas estruturas para a difusão editorial (Amigos Difusores Editoriais – ADE's);

3.10.1.4.

Organizar com carácter regular vendas públicas, nomeadamente nas empresas e locais de trabalho;

3.10.1.5.

Promover edições e vendas especiais;

3.10.1.6.

Prosseguir o esforço para o alargamento da sua presença e projecção na Internet;

3.10.1.7.

Planificar e desenvolver trabalho, no âmbito da campanha nacional, a iniciar em Abril de 2023 e a culminar em Maio de 2024, com o objectivo de aumentar a sua promoção e venda regular, fortalecer as estruturas com essa finalidade, considerar edições e acções especiais, alargar e densificar a contribuição redactorial, identificar novas áreas de progresso de venda organizada e novos públicos de venda militante semanal;

3.10.2.

Actualmente vendem-se 1.412 *Avantes!*, distribuídos por 141 ADE's (dados de Outubro de 2022), sendo distribuídos por 208 camaradas (dados do balanço de organização de 2021). Na ORL vendem-se também 563 *O Militante*. Verifica-se uma estagnação na difusão da Imprensa do Partido que é preciso combater com a concretização das medidas propostas. Os números das vendas especiais do *Avante!* demonstram que há interesse e um potencial grande para aumentar o número de leitores do órgão central do Partido. Para isso é necessário que ao trabalho de multiplicação das vendas especiais se some o acompanhamento e a estruturação do trabalho de difusão pelas organizações.

3.10.3.

O *Militante*, pelo seu contributo na informação e formação política e ideológica e no tratamento de questões de organização, exige maior atenção na sua promoção, divulgação e leitura.

3.11.

“Festa do Avante!”

A “Festa do Avante!”, a maior iniciativa político-cultural que se realiza em Portugal, é a festa dos trabalhadores, da juventude e do povo português. Obra colectiva alicerçada e edificada pelos valores de Abril, da generosidade, do empenhamento militante, da solidariedade e convívio fraterno.

3.11.1.

Ali se reflectem as reivindicações, lutas e vitórias dos trabalhadores e das populações.

3.11.2.

A Festa é um momento de exaltação da força e dos objectivos dos comunistas. Dando expressão aos valores que defendemos e pelos quais lutamos, ao ideal e ao projecto comunista, a Festa é um espaço de consolidação desse projecto junto de todos quantos a erguem e de todos quantos a visitam.

3.11.3.

É a Festa da solidariedade internacionalista, solidária com a luta de todos os povos e expressão maior da luta contra a guerra, pela paz.

3.11.4.

É, por tudo isto, um dos alvos da ofensiva anti-comunista conduzida pelo grande capital, assente em mentiras propagadas pela comunicação social ao serviço da ideologia dominante.

3.11.5.

Nos últimos anos (2020 e 2021) a COVID-19 trouxe a todo o Partido e à Festa, em particular, novas dificuldades, constrangimentos e desafios. Trouxe, ainda, o mais feroz ataque feito pelo grande capital. Nestes dois anos fomos obrigados a reflectir sobre a Festa que queremos, traçar novas linhas de trabalho e medidas, simplificar processos, aumentar a capacidade de direcção e de organização na preparação e construção (dentro e fora da Festa). A Festa sofreu uma profunda transformação, reflexão que urge continuar a fazer.

3.11.6.

A ORL do PCP continuou a assumir um papel decisivo na construção e funcionamento da Festa, contributo esse que temos procurado alargar assumindo mais responsabilidades na sua construção e funcionamento. Regista-se a consolidação de avanços positivos na organização do trabalho de direcção colectiva nas diferentes fases de implantação e concepção. A assinalar:

3.11.6.1.

A regularização do funcionamento e capacidade de direcção dos organismos regionais da Festa: a Coordenadora distrital e o Executivo distrital;

3.11.6.2.

O caminho de contenção de custos na sua implantação e a melhoria da preservação dos materiais utilizados após a desimplantação;

3.11.6.3.

Uma melhor organização das jornadas de trabalho permitindo um aproveitamento mais eficaz da disponibilidade de camaradas e amigos;

3.11.7.

É necessário tomar medidas efectivas para garantir:

3.11.7.1.

Uma mais ampla e preparada discussão colectiva sobre a Festa nas organizações, registando e tendo em conta o balanço das anteriores edições e os aspectos a melhorar.

3.11.7.2.

Um maior envolvimento de todos aqueles que connosco estão nas mais diversas lutas e frentes de trabalho, sejam os que intervêm no movimento sindical, nas comissões de utentes, nas lutas das populações ou nas listas da CDU. Todos estes independentes e amigos do Partido devem ser envolvidos na preparação e nos dias da Festa. A Festa tem um potencial de atracção de gente nova, da sua integração e compromisso que não podemos desperdiçar.

3.11.7.3.

Um maior envolvimento de toda a organização na sua divulgação, programando e planificando acções de contacto directo com os trabalhadores, com a população e a juventude, organizando iniciativas de rua.

3.11.7.4.

O aumento da venda da EP, o alargamento da compra antecipada e da rede de vendedores, de locais de aquisição e da organização de excursões, indo além da organização do Partido.

3.11.7.5.

Avaliar a distribuição de tarefas na Organização Regional e aprofundar a reflexão sobre o necessário contributo diferenciador e enriquecedor da ORL para a Festa.

3.12.

Trabalho político unitário

A intervenção e a actividade do Partido procuram alargar a nossa influência social, política e eleitoral. Para tal actuamos junto de outros e com outros, construindo a unidade em torno de problemas concretos e criando condições para a construção mais alargada da frente social de luta pela política patriótica e de esquerda que propomos ao povo português.

3.12.1.

Os sindicatos, associações, colectividades, comissões de utentes ou outras que se criam e funcionam sobre objectivos concretos, nalguns casos até pontuais, são exemplos da forma de trabalhar do Partido no plano unitário: com respeito pelas opiniões e vivência dos outros, procurando envolver e beneficiar dos seus contributos, mas não abdicando de afirmar e difundir a nossa visão dos problemas e as soluções que propomos para os ultrapassar. O trabalho em unidade não anula a nossa visão de comunistas nem nos deve inibir de a afirmar. Se o fizéssemos não só não estaríamos a contribuir para o alargamento da influência do Partido como estaríamos a prejudicar o desenvolvimento da unidade e da

luta, a atrasar a elevação de consciências que a luta permite, prejudicando também o movimento unitário.

3.12.2.

Os momentos de maior relevância no nosso trabalho político unitário acontecem em períodos eleitorais. O contacto com independentes para as listas da CDU e com centenas de apoiantes demonstram o potencial de alargamento existente.

3.12.3.

A realização de reuniões com sectores específicos e as sessões públicas nos concelhos demonstraram ser importantes momentos de envolvimento de outras pessoas no debate com o Partido. Permitem, além disso, alargar os nossos contactos e são elementos de valorização da participação na vida social e colectiva, em contraponto com o isolamento a que o capital quer confinar os trabalhadores e o povo.

3.12.4.

O quadro político de tentativa de isolamento do Partido, com as sucessivas campanhas anti-comunistas, a degradação da situação social, económica e laboral e a ofensiva contra a democracia e a liberdade exigem-nos o reforço do trabalho político unitário e a sua discussão em todas as organizações, instituindo-o como uma linha de trabalho regular.

3.12.5.

São orientações:

3.12.5.1.

O permanente levantamento de nomes de pessoas que se destacam nas suas áreas de actividade ou que expressam respeito pelo Partido e a organização do contacto;

3.12.5.2.

O contacto regular e organizado com todos aqueles que conosco participaram nas batalhas eleitorais;

3.12.5.3.

O conhecimento das estruturas existentes na esfera de acção de cada organização do Partido. Nelas procurar intervir, contribuindo para o seu reforço; reunir periodicamente com elas, abordar os seus problemas e intervir sobre eles; procurar sinalizar os seus dirigentes mais activos e dedicados e promover a sua aproximação ao Partido;

3.12.5.4.

Continuar a realizar reuniões com trabalhadores independentes nos sectores profissionais e sessões públicas nos concelhos, sejam sobre a situação política geral ou sobre assuntos relativos à respectiva área de intervenção.

Aos comunistas do distrito de Lisboa está colocada a necessidade de tomar a iniciativa para reforçar o Partido:

Responsabilizando novos quadros, reforçando organismos, recrutando novos militantes, garantindo a sua independência financeira.

Tomar a iniciativa para, em estreita ligação com os trabalhadores e populações, conhecer os problemas que os atingem e organizar a luta reivindicativa pela sua resolução;

Tomar a iniciativa para, através da luta e em estreita ligação com as massas, afirmar a política alternativa, patriótica e de esquerda, construindo a alternativa política que a corporize;

Tomar a iniciativa para afirmar os valores de Abril no futuro de Portugal, no quadro da Democracia Avançada que defendemos, como etapa da construção do Socialismo em Portugal.



**Organização Regional de Lisboa
do Partido Comunista Português**
Avenida Liberdade 170, 1200 Lisboa

www.dorl.pcp.pt
(+351) 213 307 000
dorlpcp@dorl.pcp.pt